



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PATRÍCIA NUNES DE SOUSA LÔBO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO GRUPO “MULHERES DE FIBRA” EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS - BA**

AMARGOSA - BA
2021

PATRÍCIA NUNES DE SOUSA LÔBO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO GRUPO “MULHERES DE FIBRA” EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS - BA**

Produto, Processo ou Técnica apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Ribeiro Velloso

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda de Freitas Virgínio Nunes

AMARGOSA - BA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

L799e Lôbo, Patrícia Nunes de Sousa.
Educação do campo e segurança alimentar e nutricional no grupo
"Mulheres de fibra" em Santo Antônio de Jesus, BA. / Patrícia Nunes de
Sousa Lôbo. – Amargosa, BA, 2021.
72 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Velloso.
Coorientadora: Prof. Dr. Fernanda de Freitas Virgínio Nunes.
Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2021.
Bibliografia: 63 -71
Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Agricultura Familiar. 3. Alimentação escolar. I.
Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Nunes, Fernanda de Freitas Virgínio. III.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. IV. Título.

CDD – 379

PATRÍCIA NUNES DE SOUSA LÔBO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO GRUPO “MULHERES DE FIBRA” EM SANTO
ANTÔNIO DE JESUS - BA**

Produto, Processo ou Técnica apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Educação do Campo.

Amargosa -BA, 01 de outubro de 2021.

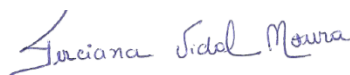
EXAMINADORAS:



Prof^a. Dr^a. Tatiana Ribeiro Velloso (Orientadora)



Prof^a. Dr^a. Fernanda de Freitas Virgínio Nunes (Coorientadora)



Profa. Dra. Terciana Vidal Moura (Examinador Interno)



Profa. Dra. Valeria Macedo Almeida Camilo (Examinador Externo)

AMARGOSA,

2021

A todos e todas enlutados pela perda de familiares
e amigos em decorrência da pandemia pela COVID-19,
sobretudo, os homens e mulheres da Comunidade de Sapucaia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiríssimo lugar ao meu Senhor que me sustentou durante todo o processo de elaboração deste trabalho, renovando minhas forças a cada amanhecer. Toda honra, toda glória e todo louvor sejam dadas a Ele!

Todos os agradecimentos não serão suficientes para demonstrar o que sinto pela Professora Dra. Tatiana Velloso! Mais que orientadora, uma pessoa amiga e humana que me transmitiu força e me fez sentir capaz de concluir o trabalho (e que não me julgou quando contei que estava grávida no meio do curso, pelo contrário, me acolheu e tranquilizou, jamais esquecerei!).

À Professora Dra. Fernanda de Freitas que entrou para somar e fez a diferença como co-orientadora deste trabalho! Obrigada pelas reuniões produtivas com as bolsistas de Nutrição, aprendi muito nesse processo. Não posso deixar de acrescentar que a professora Fernanda também foi além do papel acadêmico e por muitas vezes ouviu minhas angústias e me encorajou a prosseguir!

Agradeço ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) por ter me dado à oportunidade de ingressar na turma 7 deste Programa! Professores maravilhosos fizeram (e fazem!) parte da minha formação acadêmica! Gostaria de ressaltar a Professora Dra. Terciana Moura, que fez parte da minha banca de qualificação com contribuições valorosas sobre a Educação do Campo e fará parte também da banca de defesa deste trabalho! Agradeço ainda à Professora Dra. Valéria Camilo, também presente nas bancas, pela dedicação em ler e contribuir com o trabalho! Você me fez acreditar que o nosso trabalho era muito maior do que eu imaginava!

Agradeço ao IFBA *campus* Feira de Santana, por ter compreendido a importância da dedicação exclusiva ao Programa e me conceder o afastamento total para estudos. Agradeço ao então diretor geral do IFBA *campus* Feira de Santana, Professor Dr. Raigenis Fiuza, à Direção de Ensino à época: Professora Me. Aletuza Leite e Professora Me. Marcela Soares e à minha chefia imediata, pedagoga Me. Keity Barbosa por serem todos favoráveis a esta decisão, bem como à Reitoria pela concessão do benefício.

Agradeço ainda de forma especial à minha colega/parceira/amiga de trabalho a Nutricionista Me. Yzana Rios por ter assumido todas as funções que até então dividíamos entre nós para que eu pudesse me afastar e que mesmo com o fim da licença continuou assumindo as tarefas mais cansativas! Saiba que o seu apoio foi fundamental para que eu pudesse concluir o curso, foi maravilhoso e tranquilizante poder contar com você!

Ainda falando sobre o IFBA, agradeço a amizade de todos os colegas que me desejaram sucesso na ocasião do afastamento, sobretudo aos colegas Me. Hudson dos Santos e o Professor Me. Henrique de Andrade, que foram as primeiras pessoas a me falar sobre o Programa do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB e me apontar os caminhos para traçar minha trajetória em direção ao processo seletivo.

Agradeço ainda aos meus colegas da turma 7 do Programa! Eu tive muito receio de não ser aceita pela turma, e não só fui aceita como abraçada por cada um de vocês (e muito mimada durante a gestação também!). Aprendi com as diferenças existentes em cada um e jamais os esquecerei!

Às “minhas” meninas mulheres bolsistas maravilhosas do curso de Nutrição da UFRB: Camila Reis, Emily Porto, Jéssica Santos, Karine Rezende e Larissa Oliveira. Vocês foram essenciais, sem vocês eu não teria conseguido produzir com tanta qualidade!

Agradeço de forma especial à todas as mulheres do Grupo Mulheres de Fibra da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS) que construíram este trabalho em conjunto conosco! Espero ter contribuído um pouco para o emponderamento de vocês que são exemplo de força e resiliência! Foi um prazer trabalhar em conjunto com as mulheres e me coloco à disposição para não encerrarmos aqui o nosso vínculo!

Ressalto a disponibilidade da Mariana Moraes, associada da AACS e também discente da UFRB, em sempre nos atender e nos conduzir à melhor forma de encontrar as mulheres associadas. Ao Sr. Ivan de Jesus, presidente da Associação, meu agradecimento, por nos receber na hospitalidade de sua casa para as duas atividades presenciais realizadas. E de uma forma especial agradeço a nossa bolsista do curso de Serviço Social da UFRB e também residente da comunidade de Sapucaia, Maria Antônia Peixoto, que foi a nossa ponte com a mesma! Você foi peça fundamental para que esse trabalho acontecesse!

Agradeço ao meu amor Diangeles Lobo por todo o apoio dispensado nestes 2 anos e 6 meses de dedicação ao Mestrado em que tivemos que renunciar muitas coisas. Ao meu amorzinho Marina eu peço perdão se algum dia não tive como ser mais presente. Houve momentos em que precisei fechar a porta do meu quarto e ficar algumas horas longe da minha pequena. Aproveito para agradecer ao anjo que Deus me enviou para me ajudar em casa: Ninha. Obrigada por cuidar tão bem dela quando eu tive que me ausentar e por ser um suporte indispensável no meu lar!

Agradeço também à minha mãe Cássia e ao meu irmão Micael que também são parte da minha rede de apoio. Mãe obrigada por muitas vezes renunciar sua rotina para cuidar da

Marina! Agradeço em extensão a toda a minha família pela torcida pelo meu sucesso e amor incondicional! Amo muito todos vocês!

Por fim agradeço a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para a concretização deste sonho que é me tornar mestre em Educação do Campo!

RESUMO

A educação freiriana é um processo de humanização a partir do reconhecimento das vivências dos sujeitos, sendo esta uma das bases da Educação do Campo, a qual tem seu conceito em construção e é protagonizada pelos agricultores familiares. O encontro da Agricultura Familiar com a alimentação escolar reduz o êxodo rural, fortalece a produção de alimentos saudáveis, regionais e de qualidade higiênico-sanitária no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de contribuir para a redução da seletividade alimentar e da obesidade infantil. Neste contexto, o presente trabalho objetivou promover ações de formação dialógica no contexto da Educação do Campo que contribuam com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das mulheres agricultoras familiares da comunidade de Sapucaia em Santo Antônio de Jesus - BA. A pesquisa qualitativa foi alicerçada na Pesquisa-Ação e seguiu as etapas das metodologias emancipatórias: descrição da realidade, diagnóstico participativo e atividades formativas. As ações foram desenvolvidas com o Grupo denominado “Mulheres de Fibra”, o qual foi criado em 2017 com 15 agricultoras familiares, a partir da discussão sobre autonomia feminina na Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS), como estratégia para geração de renda. Na descrição da realidade foi realizada visita à comunidade com o objetivo de socializar a proposta de trabalho e realizar a escuta ativa para levantamento das demandas acerca da produção dos alimentos, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pelo grupo com a pandemia. No diagnóstico participativo foram realizadas entrevistas guiadas por questionário semi-estruturado possibilitando a caracterização demográfica e a verificação do conhecimento sobre as Boas Práticas de Fabricação (BPF). No momento do estudo, sete mulheres se encontravam ativas na AACS e participaram das entrevistas. A idade média foi de 35 anos, todas são negras, possuem filhos, a maioria possui o ensino médio completo e estudou em escolas da cidade a maior parte da vida escolar. Todas as mulheres possuem renda familiar de até 3 salários mínimos. O companheiro é o responsável pelo sustento da casa da maioria, embora todas acumulem atividades domésticas com o trabalho no campo cumprindo jornadas de trabalho extensas. Dentre as contribuições para o crescimento individual citaram-se: incremento na renda familiar, acesso a novos conhecimentos, melhora da relação com a comunidade. Apesar da Bahia ter o maior número de agricultores familiares do Brasil, observou-se no diagnóstico que o contexto de desigualdade de distribuição de terras em Santo Antônio de Jesus é marcante na comunidade da Sapucaia, onde a maioria das mulheres vive em minifúndios. Na comunidade de Sapucaia a SAN se agravou com a pandemia da COVID-19, havendo interrupção do fornecimento para o PNAE e da construção da unidade de produção da Associação. Como estratégia para fortalecimento do grupo e a fim de promover a SAN, foram realizadas atividades formativas em BPF e elaborados nove Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) em diálogo com as mulheres. As oficinas remotas tiveram menor adesão em comparação com as presenciais. Os motivos relatados foram: “falta de tempo”, “dificuldades com as ferramentas digitais” e “problemas pessoais”. Todas as mulheres consideraram importante participar das oficinas em BPF e pretendem participar de próximas formações. As mulheres trouxeram falas importantes sobre as BPF: “prática de higiene”, “ter boa higienização no manuseio dos produtos”, “evitar contaminação”, “limpeza dos materiais e espaços”. Nenhuma das mulheres conhecia os POPs. As principais dificuldades citadas para colocar em prática as condutas higiênico-sanitárias foram: a falta de suporte técnico e as dificuldades financeiras. Diante do exposto, verificou-se que a pandemia da COVID-19 afetou negativamente a SAN do Grupo “Mulheres de Fibra”, devido à interrupção do fornecimento para o PNAE e da construção da unidade de produção, além dos processos de adoecimento e luto na comunidade. Quanto à formação, observou-se que as mulheres entendem sua importância. Foi observado também que elas têm um papel fundamental no trabalho na Associação, contribuindo com a renda das famílias. Além disso, o trabalho realizado em comunhão com a comunidade, em espaço não formal e baseado na práxis freiriana, foram estratégias eficazes na condução das atividades, e contribuíram para a aproximação da pesquisadora com as mulheres, bem como para a identificação das necessidades que surgiram.

Palavras-chave: Educação do Campo; Segurança Alimentar e Nutricional; Boas Práticas de Fabricação; Agricultura Familiar; Alimentação Escolar.

ABSTRACT

Freirian education is a process of humanization based on the recognition of the experiences of the subjects, which is one of the bases of Rural Education, which has its concept under construction and is carried out by family farmers. The meeting of Family Farming with school feeding reduces rural exodus, strengthens the production of healthy, regional and hygienic-sanitary quality food within the scope of the Brazil School Feeding Program (PNAE), in addition to contributing to the reduction of food selectivity and of childhood obesity. In this context, this study aimed to promote dialogic training actions in the context of Rural Education that contribute to Food and Nutrition Security (FNS) of women family farmers in the community of Sapucaia in Santo Antônio de Jesus – Bahia, Brazil. Qualitative research was based on Action Research and followed the steps of emancipatory methodologies: description of reality, participatory diagnosis and training activities. The actions were developed with the Group called "Mulheres de Fibra", which was created in 2017 with 15 family farmers, from the discussion on female autonomy in the Sapucaia Community Farmers Association (AACS), as a strategy for income generation. In the description of the reality, a visit to the community was carried out in order to socialize the work proposal and carry out active listening to survey the demands about food production, as well as the difficulties faced by the group with the pandemic. In the participatory diagnosis, interviews were conducted, guided by a semi-structured questionnaire, enabling the demographic characterization and verification of knowledge about Good Manufacturing Practices (GMP). At the time of the study, seven women were active in the AACS and participated in the interviews. The average age was 35 years, all are black, have children, most have completed high school and studied at a school in the city for most of their school life. All women have a family income of up to 3 minimum wages. The partner is responsible for the maintenance of the house of the majority, although all of them accumulate domestic activities with work in the field, fulfilling long working hours. Among the contributions to individual growth, the following were cited: increase in family income, access to new knowledge, improvement in the relationship with the community. Although Bahia has the largest number of family farmers in Brazil, it was observed in the diagnosis that the context of inequality in the distribution of land in Santo Antônio de Jesus is striking in the community of Sapucaia, where most women live in smallholdings. In the community of Sapucaia, FNS was aggravated by the COVID-19 pandemic, with an interruption in the supply to the PNAE and the construction of the Association's production unit. As a strategy to strengthen the group and in order to promote FNS, training activities in GMP were carried out and nine Standard Operating Procedures (SOPs) were prepared in dialogue with women. The remote workshops had lower adherence compared to the face-to-face ones. The reasons reported were: "lack of time", "difficulties with digital tools" and "personal problems". All women considered it important to participate in the GMP workshops and intend to participate in further training. The women gave important speeches about GMP: "hygiene practice", "have good hygiene in handling products", "avoid contamination", "cleaning of materials and spaces". None of the women knew about POPs. The main difficulties mentioned to put into practice the hygienic-sanitary behavior were: the lack of technical support and financial difficulties. Thus, it was found that the COVID-19 pandemic negatively affected the FNS of the "Mulheres de Fibra" group, due to the interruption of supply to the PNAE and the construction of the production unit, in addition to the illness and grief processes in the community. As for training, it was observed that women understand its importance. It was also observed that they have a fundamental role in the work of the Association, contributing to the families' income. In addition, the work carried out together with the community, in a non-formal space and based on Freirian praxis, were effective strategies in conducting the activities, and contributed to bringing the researcher closer to women, as well as to identifying the needs that arose.

Keywords: Rural Education; Food and Nutrition Security; Good Manufacturing Practices; Family Farming; School Feeding.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma das etapas das metodologias emancipatórias seguidas com o Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS).	23
Figura 2	Primeira visita em formato de oficina à comunidade de Sapucaia com as associadas do Grupo “Mulheres de Fibra”, em Santo Antônio de Jesus, BA – fevereiro de 2021.	25
Figura 3	Oficina sobre “Perigos e Fontes de Contaminação” com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS.	51
Figura 4	Oficina presencial sobre Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS: apresentação e discussão do POP 4 e do POP 5.	52
Figura 5	Visita à unidade de produção do Grupo “Mulheres de Fibra” em fase de construção.	54
Figura 6	Unidade de produção do Grupo “Mulheres de Fibra” em fase de construção.	54
Figura 7	Oficina remota sobre POPs com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS: diálogo sobre POP 6; POP 7; POP 8 e POP 9.	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação dos temas das oficinas em Boas Práticas de Fabricação (BPF) realizadas com o Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS).	27
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AACS	Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CSA	Conselho Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional
DOP	Diagnóstico Operacional Participativo
EVE	Estudo de Viabilidade Econômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCUBA	Incubadora de Empreendimentos Solidários
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBP	Manual de Boas Práticas
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
POP	Procedimento Operacional Padrão
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SARS-CoV-2	Severe acute respiratory syndrome coronavirus
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Caminho Metodológico	22
Descrição da Realidade	23
Diagnóstico Participativo	25
Atividades Formativas	26

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIO: CARACTERIZANDO O GRUPO “MULHERES DE FIBRA” DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA (AACS) EM TEMPOS PANDÊMICOS.	29
1.1. Aspectos Socioeconômicos, Questões de Gênero e Raça: um Panorama do Grupo “Mulheres de Fibra”.	31
1.2. Impactos da Pandemia da COVID-19 no Grupo “Mulheres de Fibra”.	39

CAPÍTULO II

CONSTRUÇÃO DIALÓGICA NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÕES (POPs) E AS OFICINAS EM BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF).	42
2.1. Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) do Grupo “Mulheres de Fibra” como instrumentos das Boas Práticas de Fabricação para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação e Escolar (PNAE).	44
2.2. Oficinas sobre Boas Práticas de Fabricação (BPF) na relação com a Educação do Campo como forma de contribuir com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): formações dialógicas com o “Grupo Mulheres de Fibra”.	50

CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
-----------------------------	----

REFERÊNCIAS	63
--------------------	----

APÊNDICES

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM A AACS E O GRUPO PRODUTIVO “MULHERES DE FIBRA”	72
--	----

APÊNDICE B- FOLDER HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA	77
APÊNDICE C- POP 1- SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA.	78
APÊNDICE D- POP 2- HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA.	82
APÊNDICE E- POP 3- COLETA DE AMOSTRA DA ÁGUA.	87
APÊNDICE F- POP 4- CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS.	92
APÊNDICE G- POP 5- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS.	99
APÊNDICE H- POP 6- HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES.	103
APÊNDICE I- POP 7- HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS.	112
APÊNDICE J- POP 8- HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS.	119
APÊNDICE K- POP 9- UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO.	124

INTRODUÇÃO

É preciso estar consciente que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.79). A educação para Freire, segundo Zitkoski (2006, p.28) é um processo de humanização, ou seja, “[...] deve ser trabalhada intencionalmente para humanizar o mundo por meio de uma formação cultural e da *práxis* transformadora de todos os cidadãos, autênticos sujeitos da sua história [...]”.

Em acréscimo, na Pedagogia do Oprimido dialoga-se sobre a importância do reconhecimento das experiências sociais, humanas, laborais, das vivências e resistências na formação dos conceitos, das teorias e dos valores, para que haja significado histórico, força pedagógica e política. Ela torna possível o reconhecimento de que “[...] todo conhecimento é inseparável dos sujeitos históricos, dessas experiências produtoras de conhecimentos, de valores, de cultura e de emancipação” (ARROYO, 2012b, p.556).

A Educação do Campo tem seu conceito em construção e é protagonizada pelos agricultores familiares e suas organizações, envolvendo “as questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura”, que traduzem as concepções de política pública, de educação e de formação humana a partir do projeto de país e de sociedade (CALDART, 2012, p. 260).

Embora tratada como educação rural na legislação brasileira e na concepção do capitalismo agrário, a Educação do Campo “tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas” (BRASIL, 2019) no contexto da questão agrária. O campo deixa de ser um perímetro não-urbano, para ser um campo de possibilidades onde ocorrem as relações humanas tão valorizadas nos trabalhos de Paulo Freire, um dos autores norteadores do presente trabalho, assim como Fernandes e Molina (2004) que dialogam sobre o paradigma da Educação do Campo, o qual se consolida como uma construção teórica transformada em um projeto de desenvolvimento territorial como um “território de vida”.

Segundo Bourdieu (1989), o campo faz parte do espaço social, onde ocorrem práticas específicas, com histórias próprias, relativamente autônomo; caracterizado por um espaço de

possíveis, com tendência à orientar a busca dos agentes, definindo problemas, referências e marcas intelectuais. Em resumo, o que caracteriza um campo são as posições, as lutas concorrenciais e os interesses (BOURDIEU, 1996).

O campo é um organismo vivo que integra saberes, práticas e relações de poder. É, portanto, interdisciplinar, na medida em que inclui não apenas o saber técnico, mas as culturas e todas as relações que envolvem o sentido e as práticas alimentares. No que tange à interdisciplinaridade, segundo Freitas, Minayo e Fontes (2011, p. 36) o pesquisador “enriquece sua práxis social, no processo hermenêutico, ao decifrar e analisar a comunicação com os sujeitos”. Este trabalho desafia, portanto, os pesquisadores a aproximarem a alimentação e a nutrição numa abordagem interdisciplinar que não desvincule o saber técnico do contexto humano, subjetivo, cultural e histórico.

É neste caminho da interdisciplinaridade que se orienta este trabalho que também é transversal, na medida em que suas categorias principais se encontram e convergem entre si, sendo elas: a Educação do Campo, a Agricultura Familiar, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Alimentação Escolar, num momento em que o Brasil vivencia intensa instabilidade nutricional, no que concerne aos aspectos econômicos, biológicos, políticos e culturais, culminando na insegurança alimentar e nutricional da população. O mesmo surgiu de uma inquietação da pesquisadora em seu local de trabalho quanto à possibilidade de contribuir como o fortalecimento da Agricultura Familiar, para além do cumprimento da aquisição de gêneros alimentícios com 30% do total dos recursos financeiros repassados para as instituições de ensino. A partir das leituras de Paulo Freire houve a percepção de que o caminho estava na formação dos sujeitos voltada para a emancipação, que só pode ocorrer havendo uma mudança na mentalidade dos oprimidos (FREIRE, 1980).

No contexto da Educação do Campo este trabalho teve como desafio ultrapassar as barreiras do tecnicismo e ser mais um canal de fortalecimento para a Associação e de resgate das vivências, histórias e saberes das mulheres, contribuindo para o emponderamento das mesmas. A partir de uma relação dialógica, o intuito foi valer-se do espaço não formal da educação para desenvolver ações em comunhão com a comunidade.

O capitalismo agrário no campo brasileiro segue a dinâmica de incorporação de técnicas da concepção urbana-industrial baseada em uma política de créditos facilitados e com uso crescente de tecnologia mecânica assistida, que mudou profundamente a configuração da cidade e do campo, proporcionando o monumental êxodo rural (GONÇALVES NETO, 1997).

Neste contexto, Fernandes (2005a, p. 7) afirma que a educação é uma “forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso: o agronegócio”, que é a base do paradigma do capitalismo agrário.

Segundo Abramovay (1998, p.146), a agricultura familiar é “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Já Schneider (2003) afirma que a expressão “agricultura familiar” surgiu a partir de meados da década de 1990 e apresenta a relação entre a mesma e a pluriatividade, que segundo o mesmo, se tornou uma “estratégia de sobrevivência”. Schneider (2003, p.112) aborda que a agricultura familiar é “um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades”, mas que exercem atividades agrícolas e, ou não-agrícolas, porém mantêm a residência no campo, em que existe a ligação entre a agricultura e a vida no espaço rural.

A partir da década de 1990 o debate de temas como: desenvolvimento sustentável; segurança alimentar e nutricional; geração de renda e trabalho; desenvolvimento local; desenvolvimento territorial, culminou na propulsão da agricultura familiar e da sua importância para as políticas públicas que começaram a ser implantadas (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

A institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Brasil, em 1996 (BUAINAIN, 2006) e, posteriormente, a promulgação da Lei nº. 11.326, em 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, propiciaram a criação dessas políticas públicas para a agricultura familiar, o que permitiu uma posição de destaque do país entre o conjunto de países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (PAZ; DE DIOS; GUTIÉRREZ, 2014).

Dentre as principais políticas públicas pode-se citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto políticas públicas de garantia de acesso da agricultura familiar ao mercado institucional. O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de julho de 2003 e tem como objetivos básicos: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O PNAE, por sua vez, foi criado a partir da Lei nº 11.947/2009 e viabiliza a compra simplificada de produtos alimentícios da agricultura familiar visando incentivar a formação de “[...] hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar [...]” (BRASIL, 2009).

O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar tem promovido uma transformação mútua, na medida em que reduz o êxodo rural e fortalece a produção de alimentos saudáveis e regionais, possibilitando o consumo pelos alunos da rede pública de todo o Brasil vinculado ao contexto da promoção do desenvolvimento territorial (LOURENZANI, 2006; TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Este encontro oportuniza ainda o respeito aos hábitos e tradições regionais, sendo este mais um fator que contribui para o direito à alimentação adequada e saudável. Preservando os hábitos alimentares dos estudantes é possível resgatar suas vivências e incentivar a família a construir hortas caseiras, escolher os alimentos habituais adequados para sua alimentação, além de, respeitando-se os hábitos locais, diversificar a utilização dos produtos, com formas inovadoras de preparo e consumo, o que em muito contribui para a reversão da seletividade alimentar, tão comum nessa fase da vida (PEIXINHO, 2011; SAMPAIO *et al.*, 2013).

Além disso, através de ações de educação nutricional, o ambiente escolar se torna um campo aliado na prevenção e redução da obesidade infantil (VIVEIROS DE CASTRO, LIMA e ARAUJO, 2021), que aumentou nas últimas décadas e se agravou com a pandemia da Covid-19 em decorrência do impacto negativo na alimentação das crianças e adolescentes, além do aumento do sedentarismo causado pela necessidade de isolamento social. Estima-se que 6,4 milhões de crianças tenham excesso de peso no Brasil e 3,1 milhões já evoluíram para obesidade (BRASIL, 2021).

Velloso (2016) ressalta que principalmente após os anos 1990 surgiram muitas organizações coletivas no Brasil, e este movimento ocorreu, em maior proporção, devido à necessidade dos próprios agricultores familiares em gerar trabalho e renda alternativos perante à crise vivida no país. As organizações coletivas, representadas principalmente por cooperativas e associações, são capazes de organizar a atividade produtiva, potencializando os benefícios da agricultura familiar e revitalizando os territórios (PIRES, 2010).

Andrade (2019, p. 6) em seu relatório de pesquisa traz a reflexão que “a agricultura familiar enquanto modo de vida é compreendida como espaços de fortalecimento da educação para a cooperação e implantação da proposta de economia solidária nos grupos produtivos”, em que a Educação do Campo e a organização das mulheres rurais se constituem elementos contributivos no processo de cooperação no contexto da agricultura familiar.

Com o advento de projetos de extensão de universidades públicas e sua relação indissociável com o ensino e a pesquisa na Educação do Campo, o tempo comunidade na

Pedagogia da Alternância se torna possível propiciar trocas de conhecimentos voltados para a realidade do campo, como forma de contribuir com processos formativos tanto para a comunidade como para a universidade, especialmente no campo da Agricultura Familiar. Essa relação é o que Fernandes e Molina (2004, p. 7) defendem como práticas e reflexões teóricas produzidas “na perspectiva de criar condições reais de desenvolver este território, de desenvolver o espaço do campo a partir do desenvolvimento das potencialidades de seus sujeitos”.

Caldart (2012, p. 263) afirma que a “Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência”, em que o princípio educativo inclui o trabalho e as dimensões da formação dos sujeitos nos processos que relacionam a cultura e a participação nas lutas sociais. Caldart (2004, p. 26) ainda aborda que é “uma educação que seja no e do campo; no: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Sendo assim, essa educação perpassa tanto pelo espaço escolar (denominado também como formal), quanto pelo não escolar (não formal), sendo estes espaços distintos e integrados na construção de conhecimentos que deve considerar diferentes saberes (GOHN, 2012). Trindade (2009, p. 24) aborda ainda que o educar e o organizar para a luta, junto às organizações comunitárias, “revelam força educativa e política na tarefa e transformação dos humanos e da sociedade”. Assim, o espaço não escolar se desenvolve no exercício de participação frequentemente “nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais” (GOHN, 2009, p. 31).

Os espaços não escolares da Educação do Campo se constituem importantes no contexto da agricultura familiar para possibilitar o acesso aos programas de políticas públicas, especialmente o acesso aos mercados institucionais. Fragotti (2017, p. 34) afirma que na realidade rural, “as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais”, em que se constituem em espaços não escolares da educação que possibilitam fortalecer a ação social coletiva.

Gohn (2012) considera ainda que esses espaços não escolares da educação são baseados e orientados por fins e valores de participação, em que buscam melhores condições de acesso

às políticas públicas para melhoria das suas condições de vida. Dentre as políticas públicas da agricultura familiar, destacam-se as que envolvem o acesso ao mercado institucional. Bergamasco; Borsatto e Souza-Esquerdo (2013) afirmam que o PAA e o PNAE, respetivamente aliam a política agrícola à redução da insegurança alimentar e nutricional dos segmentos em situação de vulnerabilidade social e escolar, ao passo que relacionam a comercialização voltada para geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, com a promoção do desenvolvimento territorial e da SAN.

Este contexto de articulação da agricultura familiar com a alimentação escolar, a partir da constituição do Grupo “Mulheres de Fibra”¹ na AACS, na relação com a Licenciatura da Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em que a produção, em sua grande maioria, é destinada ao mercado institucional no âmbito do PNAE no município de Santo Antônio de Jesus, se constitui a base deste trabalho. É importante ressaltar que no ano de 2019, houve uma diversificação da produção para atender ao programa que contribuiu para o aumento das vendas da Associação, correspondendo a cerca de 22% destas. O trabalho coletivo que a AACS realiza é importante para reduzir a situação de vulnerabilidade social e econômica que essas mulheres rurais enfrentam, ao mesmo tempo em que oportunizam o abastecimento no ambiente escolar de alimentos saudáveis no contexto da SAN (INCUBA/UFRB, 2020).

Portanto, a AACS como espaço não escolar da Educação do Campo tem a SAN como condição da soberania alimentar e de desenvolvimento territorial. O conceito de SAN foi construído socialmente e formalizado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), como:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Lei 11.346/2006).

Nesse processo de promoção da alimentação adequada e saudável de indivíduos e coletividades, o Guia Alimentar para a População Brasileira se constitui em uma das

¹ Grupo constituído por 15 mulheres agricultoras familiares da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS) que teve início a partir da entrada de algumas mulheres da comunidade no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2017, com quem foi realizado este trabalho de forma dialógica.

importantes estratégias para implementação, de forma integrada com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Trazendo princípios que vão além da ingestão de nutrientes, e que perpassam sobre a importância da sustentabilidade, da autonomia das escolhas e dos diferentes saberes que contribuem para a definição das recomendações sobre alimentação, bem como consideram o cenário e as condições de saúde da população, o Guia é também essencial para subsidiar políticas, programas e ações que visem o incentivo, o apoio, a proteção e a promoção de saúde e da SAN da população (BRASIL, 2014).

Sendo assim, o trabalho teve como objetivo geral, promover ações de formação dialógica no contexto da Educação do Campo que contribuam com a SAN das mulheres agricultoras familiares da comunidade de Sapucaia em Santo Antônio de Jesus - BA. Para tanto, foi necessário caracterizar o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS sob a ótica da Educação do Campo, bem como trazer os contrastes no que tange ao Território, em meio à pandemia da COVID-19. Foi realizada a construção de forma dialógica com as mulheres, dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) e das oficinas em Boas Práticas de Fabricação (BPF) como forma de contribuir com promoção da SAN no contexto da Educação do Campo.

Assim, a proposição deste trabalho surgiu de uma inquietação da pesquisadora em seu local de trabalho quanto à possibilidade de contribuir com o fortalecimento da Agricultura Familiar, para além do cumprimento da aquisição de gêneros alimentícios com no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados para as instituições de ensino para as aquisições de produtos da agricultura familiar. Por um lado, compreende-se o papel das instituições de ensino na promoção do desenvolvimento territorial, ao passo que garante a oferta de alimentos saudáveis aos estudantes contribuindo com a promoção da SAN; e por outro, percebe-se a necessidade de interagir com as organizações da agricultura familiar, no processo de formação da educação do campo. A partir das leituras de Paulo Freire houve a percepção de que o caminho estava na formação dos sujeitos voltada para a emancipação, que só pode ocorrer havendo uma mudança na mentalidade dos oprimidos (FREIRE, 1980).

No contexto da Educação do Campo este trabalho tem como desafio ultrapassar as barreiras do tecnicismo arraigado na concepção da educação rural do capitalismo agrário, e ser mais um canal de fortalecimento para a Associação e de resgate das vivências, histórias e saberes das mulheres, contribuindo para o empoderamento das mesmas na concepção da questão agrária. A partir de uma relação dialógica o intuito é valer-se do espaço não escolar da educação para desenvolver ações em comunhão com a comunidade.

A finalidade é que as mulheres rurais se reconheçam como construtoras de conhecimento e sujeitos capazes de produzir e oferecer alimentos seguros e nutritivos. Além disso, enquanto universidade pública, buscar sua relação integrada com saberes de exercício de seu compromisso social que tem a educação como um direito, em uma perspectiva emancipadora e crítica, objetivo este corroborado por Freire (2019), que aborda a educação como prática da liberdade, em que os próprios oprimidos construam os caminhos para sua libertação.

Assim, entende-se que as formações em BPF e a elaboração dos POPs como produtos apresentados neste trabalho, construídos em conjunto com as mulheres agricultoras do Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS, traz a relação indissociável entre ensino, pesquisa, extensão e ações afirmativas, bem como a articulação com as políticas públicas da agricultura familiar sendo ferramentas importantes para o fortalecimento da associação e para a inclusão sócioprodutiva da mulheres rurais, segmento invisibilizado e expropriado ao longo da história do país.

Caminho Metodológico

Este trabalho interdisciplinar deriva de uma articulação com o projeto de extensão intitulado: “Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia”. Ele segue os princípios éticos da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O trabalho foi desenvolvido em conjunto com as mulheres do Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS), integrante do Território de Identidade do Recôncavo e inserido no Mercado Institucional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

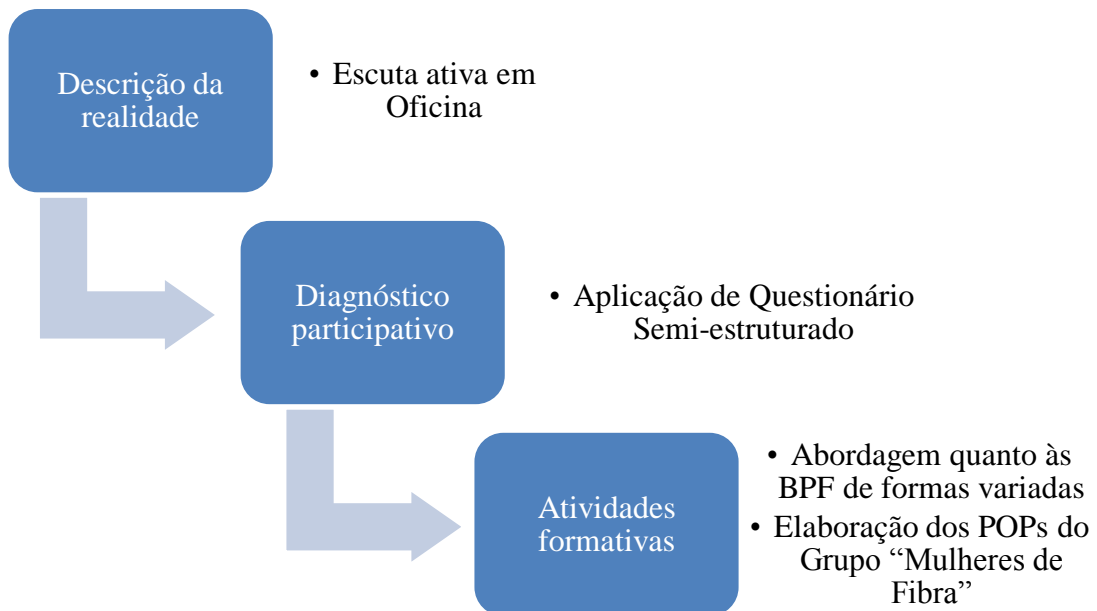
A pesquisa contribuiu para uma aproximação e um entendimento da realidade investigada, como um processo constantemente inacabado que ocorreu através de aproximações sucessivas da realidade, possibilitando uma intervenção real (FONSECA, 2002). Portanto, entende-se que a abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa de natureza aplicada foi a qualitativa, devido à preocupação com aspectos da realidade que não podem ser simplesmente quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Oliveira (2011, p. 24), “o uso da descrição qualitativa

procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências”.

No que concerne à técnica/método, este trabalho pode ser classificado como Pesquisa-Ação. Segundo Thiollent (2011), é um tipo de pesquisa em que há o envolvimento dos participantes de forma cooperativa com a pesquisadora. Assim, optou-se por esse método por além de possibilitar essa aproximação, agregar vários métodos ou técnicas de pesquisa social, em que “[...] a pesquisa não é limitada aos aspectos práticos. Não se trata da ação pela ação. A mediação teórico-conceitual permanece operando em todas as fases de desenvolvimento do projeto” (THIOLLENT, 2011, p. 61).

Neste contexto, o percurso metodológico deste trabalho seguiu as seguintes etapas das metodologias emancipatórias descritas por Freitas *et al.* (2018): descrição da realidade; diagnóstico participativo e atividades formativas (Figura 1).

Figura 1. Organograma das etapas das metodologias emancipatórias seguidas com o Grupo “Mulheres de Fibras” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACs).



Fonte: Própria autora (2021)

Descrição da realidade

Primeiramente, foi realizada uma visita presencial, em formato de oficina, no dia 25 de fevereiro de 2021 à comunidade de Sapucaia, em Santo Antônio de Jesus (Figura 2), seguindo

todos os protocolos de biossegurança, estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em razão da pandemia pelo novo coronavírus, nomeado *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus* (SARS-CoV-2), buscando resguardar as vidas das pessoas da comunidade e das que integram este grupo de pesquisa.

O objetivo desta visita em formato de oficina foi socializar a proposta de trabalho, integrada ao trabalho em desenvolvimento, a partir do Diagnóstico Operacional Participativo (DOP), do Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) e do diagnóstico higiênico-sanitário da produção de alimentos realizados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB) ². Portanto, houve pesquisa documental através dos relatórios construídos em oficinas no âmbito do projeto “Fortalecimento de grupos produtivos da agricultura familiar do estado da Bahia”, financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Nesta ocasião foi realizada uma escuta ativa com as mulheres associadas e com a diretoria da AACS sobre quais eram as demandas acerca da produção dos alimentos, bem como sobre as dificuldades enfrentadas com a pandemia. Essa escuta ativa foi integrada aos resultados que foram construídos em oficinas.

A escuta ativa, segundo Moura e Giannella (2016), é uma técnica de comunicação que exige: atenção constante, sensibilidade e percepção aguçadas, a fim de compreender totalmente a mensagem transmitida. Freitas *et al.* (2018) acrescentam ainda que a escuta ativa contribui no estabelecimento do vínculo com a comunidade.

Assim, as conversas foram transcritas, sendo priorizado o ouvir e em paralelo a realização de anotações pontuais, tópicos e expressões chave, conforme preconizado por Freitas *et al.* (2018). A fim de preservar a identidade dos associados, codinomes com palavras que traduzem sentimentos positivos foram dados como: “Esperança”, “Fé”, “Determinação”. Esta foi uma forma que a pesquisadora encontrou de encorajar as mulheres a persistirem em resistir em meio a uma pandemia sem precedentes.

Tendo em vista as limitações para a realização das atividades presenciais que aglomerem ou que se tenha deslocamento de pessoas de outras localidades, algumas

² É uma incubadora universitária, constituída na UFRB em 2007. Ela tem como missão contribuir na promoção e no fortalecimento de empreendimentos solidários, valorizando a diversificação da produção, através das tecnologias sociais associadas às políticas públicas territoriais sustentáveis, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida com atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, a partir da indissociabilidade de ensino, extensão e pesquisa universitária.

atividades subsequentes foram realizadas virtualmente através da plataforma “Google Meet”. Porém, a presença da bolsista Maria Antônia Peixoto, do referido projeto que reside na comunidade em muito contribuiu para a realização deste trabalho, em que desempenhou ações de mobilização e de organização das atividades, além de acompanhamentos pontuais que foram realizados durante a pesquisa.

Figura 2. Primeira visita em formato de oficina à comunidade de Sapucaia com as associadas do Grupo “Mulheres de Fibra”, em Santo Antônio de Jesus, BA – fevereiro de 2021.



Foto: Vieira (2021)

Diagnóstico participativo

Nesta etapa, devido à impossibilidade de realização de encontros presenciais devido à pandemia pelo SARS-CoV-2, foi realizada uma entrevista com aplicação de questionário semi-estruturado: “Questionário de Pesquisa com a AACCS e o grupo produtivo Mulheres de Fibra” (Apêndice A). O questionário foi construído pela pesquisadora, em conjunto com as orientadoras do trabalho. Questões referentes à idade, escolaridade, tamanho da propriedade, características socioeconômicas e sobre BPF foram abordadas para a caracterização demográfica do grupo de trabalho.

As entrevistas estruturadas guiadas por questionário semi-estruturado foram realizadas pela bolsista residente na comunidade previamente capacitada, no período de 21 a 30 de junho de 2021, de forma presencial e/ou remota com as associadas, a fim de coletar dados para fazer a caracterização da comunidade e para verificar as potencialidades e as limitações para a

realização das condutas higiênico-sanitárias no cotidiano da produção. Essas entrevistas complementaram as informações do documento de diagnóstico higiênico-sanitário da produção de alimentos, realizado pela INCUBA/UFRB.

Vale ressaltar que, a fim de melhor expressar os dados tabulados dos questionários, sempre que a pesquisadora considerar necessário demonstrar a quantidade exata de mulheres a que o texto se refere, o número de elementos será dado entre parênteses com a letra “n”, seguida do sinal “=” e do número de mulheres correspondente.

De acordo com Gil (2008), a entrevista estruturada decorre a partir de uma relação fixa de questões, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados, e possibilita o tratamento quantitativo dos dados. Freitas *et al.* (2018) resalta também a importância de intercalar questões mais objetivas e direcionadas com argumentações mais subjetivas.

Atividades formativas

Esta etapa ocorreu de forma concomitante com a etapa anterior e apresentou duas vertentes: elaboração e execução de oficinas formativas; e elaboração de material didático e dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) junto com o Grupo de Mulheres da Associação. No que concerne à seleção dos conteúdos, foi realizada a escolha partindo do conhecimento da equipe sobre as inconformidades no diagnóstico higiênico-sanitário da produção, realizado previamente pela equipe do Projeto. As mulheres estavam de acordo quanto à urgência da necessidade de adequá-las.

Os conteúdos das oficinas foram debatidos em reuniões remotas, realizadas entre a pesquisadora, a coorientadora deste trabalho e as bolsistas de extensão que são estudantes do último período do curso de Nutrição da UFRB: Camila Reis, Emily Porto, Jéssica Santos, Karine Rezende e Larissa Oliveira. A partir do levantamento de dados bibliográficos, foram elaborados os conteúdos, considerando a ordem de prioridade dos temas a serem abordados, assim como assuntos importantes e que já se fizeram presentes nos encontros com a comunidade, definidos em diálogo com as associadas.

Após a definição dos temas (Quadro 1), foi realizada a análise das possibilidades metodológicas para exploração e compartilhamento das informações. Como materiais foram utilizados diferentes formatos para favorecer o diálogo: vídeoconferência, podcast, folder,

apresentação em Power Point e quiz. É importante ressaltar que a linguagem e design dos materiais foram adequados e atrativos para garantir a efetividade na troca de conhecimento com a comunidade.

Outra atividade realizada foi a elaboração dos POPs, que também foram utilizados como material didático para as oficinas. Esta etapa teve início em meados de junho de 2021 e foi finalizada no início de agosto de 2021. Considerando que a unidade de produção está em fase de implantação, foi dada preferência à elaboração dos POPs que não se limitam a uma determinada estrutura física e podem ser adaptados à unidade de beneficiamento quando estiver pronta. Os POPs foram discutidos em uma oficina presencial e em duas remotas (Quadro 1). A decisão do formato de encontro foi tomada em conjunto entre a equipe de trabalho e as mulheres, sempre de acordo com a situação epidemiológica do Brasil e do município com relação à pandemia da COVID-19. A periodicidade, dias e horários foram acordados com as associadas, a partir da disponibilidade das mesmas.

Quadro 1. Relação dos temas das oficinas em Boas Práticas de Fabricação (BPF) realizadas com o Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS).

Tema da Oficina	Data de Realização	Modalidade
“Perigos e Fontes de Contaminação” com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACS	07 de maio de 2021	Remota
Procedimentos Operacionais Padrões (POPs): apresentação e discussão do POP 4- Controle de saúde clínico, higiênico e comportamental das associadas e do POP 5- Higienização das mãos.	10 de agosto de 2021	Presencial
Procedimentos Operacionais Padrões (POPs): diálogo sobre POP 6- Higienização das instalações; POP 7- Higienização dos equipamentos e móveis; POP 8- Higienização dos utensílios e POP 9- Utilização e higienização dos panos de chão	25 de agosto de 2021	Remota

Fonte: Própria autora

A última oficina presencial ocorreu neste formato, devido à condição epidemiológica do município de Santo Antônio de Jesus quanto à pandemia pelo SARS-CoV-2 estar mais controlada e também em virtude do avanço da vacinação. Nesta oportunidade a equipe de trabalho optou dialogar sobre os POPs que mais necessitavam de um encontro presencial para entendimento. Uma cópia de cada documento foi entregue às associadas, em seguida foi realizada uma leitura com exemplos do cotidiano para cada tópico abordado, intercalada com provocações às mulheres para exemplificarem também situações vividas por elas, bem como opiniões e sugestões de modificações, a fim de otimizar a participação das mesmas.

Vale ressaltar que em todos os encontros presenciais foram seguidos os protocolos de saúde estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para controle da disseminação da COVID-19.

CAPÍTULO I- EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIO: CARACTERIZANDO O GRUPO “MULHERES DE FIBRA” DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA (AACS) EM TEMPOS PANDÊMICOS.

A palavra “território” segundo Fernandes (2021) é majoritariamente compreendida como espaço de governança, porém, segundo o autor, há várias formas de conflitualidades que não se relacionam necessariamente com os espaços de governança. Portanto, o autor defende a existência de duas formas, três ordens e três tipos de território. Ele ressalta que “os territórios materiais e imateriais estão representados em primeiro, segundo e terceiro territórios (fixos e fluxos), entendendo os territórios como espaços de governança, como propriedades e como espaço relacional” (FERNANDES, 2021, p. 21).

Os territórios materiais são fixos e fluxos, são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que tornam possível a distinção dos territórios do Estado, os públicos e os particulares, cujas relações sociais os constituem. Já o território imaterial dialoga com o controle, o processo de construção do conhecimento e suas interpretações, incluindo a teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. A disputa territorial é intrínseca ao processo de construção do conhecimento (FERNANDES, 2021).

O Território do Recôncavo é predominante de municípios rurais, baseados numa economia terciária (GIRARDI, 2008). Por outro lado, o processo de urbanização no Recôncavo que ocorreu ao longo dos anos 2000, provocou uma redução da população rural em números absolutos de 178.000 em 2000 a 170.000 em 2010 (IBGE, 2000; 2010). Apesar desta redução apontada pelo IBGE (2000; 2010), é importante considerar o que Veiga (2002) aponta: a metodologia de caracterização da população rural e urbana não pode ser identificada apenas pelo que se delimita o que é perímetro urbano dos municípios brasileiros ou que se referem às atividades exclusivamente agropecuárias.

Entretanto, sabe-se que o êxodo rural é uma realidade na região Nordeste e este processo vem ocorrendo pela busca de melhores condições de vida nas cidades, sobretudo dos mais jovens, especialmente a partir da década de 1960 com a implementação de um modelo de desenvolvimento do capitalismo agrário (CASAGRANDE; SOUZA, 2012).

Apesar desta realidade, o IBGE (2017) apresenta que no Brasil, 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários pertencem à agricultura familiar, que representa 77% do total

de estabelecimentos existentes, mas que ocupa apenas 23% da área total dos estabelecimentos rurais.

A população rural da Bahia é de 3.914.430 pessoas, correspondendo a 27,9% do total da população. Ainda segundo o IBGE (2017), a Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, com 762.620 estabelecimentos (15% dos estabelecimentos do Brasil). No estado da Bahia 77,8% das unidades produtivas são da agricultura familiar, dispondo de 32,2% das áreas dos estabelecimentos rurais. Os estabelecimentos com extensões de terra maiores que 500 hectares detêm cerca de 50% da área rural total na Bahia. Em paralelo, ao analisar os dados, é possível observar que a área não ocupada com lavouras, pastagens, matas e/ou florestas, corresponde a cerca de 32% da área total (IBGE, 2017).

Em Santo Antônio de Jesus, município do estado da Bahia no Território de Identidade do Recôncavo, localizado a 192,9 km da capital, Salvador, com população estimada, em 2020, de 102.380 pessoas (IBGE, 2021) este panorama não é diferente. Segundo o IBGE (2017), em Santo Antônio de Jesus há 3 cooperativas e 140 associações/movimentos da agricultura familiar. Entre as associações, a Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS) exerce grande importância para o fortalecimento do campo, sobretudo, para o empoderamento feminino da comunidade e de acesso às políticas públicas da agricultura familiar, que contribuem para a superação e a resistência a esse panorama da questão agrária.

Na questão fundiária, apenas 148 estabelecimentos concentravam mais de 50% dos hectares de terra para plantio no município de Santo Antônio de Jesus (IBGE, 2006). Estes dados revelam um importante problema no que concerne à posse e uso da terra, uma vez que demonstra a concentração de grandes extensões de terra, e por outro lado, a predominância de imóveis com tamanho inferior ao módulo fiscal. O módulo fiscal é a medição de terras em hectares estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para cada município, que é determinado pelas condições edafoclimáticas e suficientes para que uma família possa ter seu sustento.

Portanto, os estabelecimentos com áreas inferiores a um módulo fiscal são classificados como minifúndios. No artigo 4º, da Lei 4.504 de 1964 do Estatuto da Terra, entende-se por minifúndio, “o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”, ou seja, apresenta módulo fiscal inferior ao estabelecido pela área determinada para cada município, o que à torna inviável para as dimensões sociais, econômicas e ambientais das famílias que residem e cultivam na propriedade (BRASIL, 1964).

Esse contexto da questão agrária existente em Santo Antônio de Jesus reflete o que Stédile (2012) aborda sobre as situações de conflitos, em dois pontos de vista com relação ao campo: o primeiro, em que no contexto do capitalismo agrário defendido por um segmento que enxerga a agricultura em desenvolvimento, com boa produtividade, e com apropriação de uma grande parcela de terra, de outros recursos da natureza e do poder econômico e político; e o segundo, que apresenta a organização do uso e da posse de propriedade rurais por famílias de agricultores que historicamente foram *aleijados* de direitos às condições de vida e de respeito à sua cultura do modo de produzir e de viver.

Portanto, o contexto de desigualdade de distribuição de terras no município de Santo Antônio de Jesus, assim como das condições adequadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, é marcante na comunidade da Sapucaia. A comunidade da Sapucaia, cujo nome deriva de uma árvore nativa da localidade, pertence ao município de Santo Antônio de Jesus e possui cerca de 691 moradores, com um total de 240 famílias, a maioria sustentada pelo trabalho dentro da agricultura familiar, e organizada a partir da AACCS.

1.1. Aspectos Socioeconômicos, Questões de Gênero e Raça: um Panorama do Grupo “Mulheres de Fibra”.

A AACCS foi fundada em 1989, e em 2017, foi fomentada a criação do grupo de mulheres da AACCS, com a denominação de “Mulheres de Fibra” que buscaram a geração de renda, a partir da discussão da autonomia feminina por 15 agricultoras familiares. A organização da agricultura familiar em Sapucaia em uma associação e em um grupo comunitário formado por mulheres rurais têm como referência o contexto da questão agrária na compreensão do paradigma da Educação do Campo, que explicita a defesa e a luta por um “*território de vida*” (FERNANDES; MOLINA, 2004).

O associativismo é compreendido como uma iniciativa formal, que agrega um grupo de sujeitos, e nesse caso, agricultores familiares com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios com finalidades comuns. Portanto, a AACCS é um espaço não escolar de educação coletiva voltada para formação de sujeitos críticos, definida por Gohn (2006, p. 28) como uma educação “que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Esse espaço promove a aprendizagem e exercício de práticas que formam e fomentam os

sujeitos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos e cotidianos (GOHN, 2009).

A formação do Grupo “Mulheres de Fibra” teve início a partir da entrada de algumas mulheres da comunidade no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2017, enquanto um espaço escolar da educação no ensino superior. Este curso possui um currículo que abrange o tempo comunidade e o tempo universidade, no contexto da Pedagogia da Alternância, que se caracterizam por tempos/ espaços formativos e que articula diferentes experiências formativas com a finalidade de promover uma formação integral com referências na questão agrária, em que possibilita o encontro de saberes que firmam compromissos por processos de rupturas históricas da relação de subordinação e de exploração, em que a transformação é exercida pelos próprios sujeitos do campo.

Assim, para além do ingresso no ensino superior como direito, a partir da interiorização e da expansão ocorrida no início do século XXI no Brasil, se centraliza uma educação com concepção libertária. É o que Freire (2019) aborda: uma educação crítica e emancipadora promove a tomada de consciência sobre a realidade dos sujeitos, ao mesmo tempo em que constrói o comprometimento em transformá-la. Essa perspectiva entre os tempos formativos – tempo universidade e tempo comunidade – oportunizaram que as discentes das Licenciaturas em Educação do Campo da UFRB vivenciassem na relação formativa presencial no tempo comunidade, a integração de projetos de extensão.

Essa dinâmica busca contribuir com o processo formativo entre os saberes, com implicação em transformar as condições de desigualdade existente no contexto agrário. Entre as atividades de extensão que permearam a relação da UFRB com a comunidade, tem o Programa de Extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFRB (INCUBA/UFRB) que atua na dinâmica do desenvolvimento territorial e o projeto “Mulheres de Fibra: formação em agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia”.

O desenvolvimento das ações de extensão foi integrado com o envolvimento de docentes no acompanhamento no tempo comunidade de forma que propiciasse o processo formativo tanto para a comunidade acadêmica envolvida, como para a comunidade da Sapucaia, na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão para as discentes das Licenciaturas em Educação do Campo, com inclusão das discentes do curso de Nutrição.

É importante destacar que o grupo de mulheres se denomina de “Mulheres de Fibra”, como forma de reconhecimento deste espaço formativo na relação com a UFRB, mas principalmente do potencial das mulheres no processo de organização para a produção de alimentos no contexto da geração de renda e da promoção da segurança alimentar e nutricional. O desenvolvimento das ações foi voltado, por um lado, para a promoção formativa de mulheres em Agroecologia, com o fortalecimento de grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar, visando à autonomia, à segurança alimentar e nutricional e à conservação da biodiversidade; e por outro, a INCUBA/UFRB, busca integrar as ações produtivas voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania, na articulação de ações acadêmicas a partir da relação com as políticas públicas, na promoção da SAN, especialmente para as mulheres rurais.

As ações da INCUBA/UFRB foram integradas com o processo de implantação da unidade de beneficiamento da AACCS, em 2019, através do Programa Bahia Produtivo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo do Estado. Essa implantação vem no sentido de buscar o beneficiamento de alimentos produzidos pela comunidade, através do Grupo de Mulheres “Mulheres de Fibra”, considerando a diversidade produtiva da agricultura familiar, cuja predominância é das culturas da banana, cacau, cana-de-açúcar, fumo, laranja e mandioca, com o processamento dos derivados da mandioca, produzindo a farinha, o beiju, a tapioca e a puba (INCUBA/UFRB, 2020).

É importante ressaltar que a Agroecologia é uma prática social que contrapõe o capitalismo agrário, com bases científicas para o processo de transição e de manejo dos agroecossistemas que visa preservar a soberania alimentar. Na visão de Caporal e Costabeber (2004, p. 13), quando se fala de agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Essa perspectiva é a mesma de Altieri (2004, p. 23), com a afirmação de que:

a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e

socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Esse é, portanto, o diferencial do trabalho do grupo “Mulheres de Fibra” em conjunto com as ações da INCUBA/UFRB, enquanto classe, quando comparado à lógica de produção capitalista, do agronegócio. A agroecologia não é um nicho de mercado, não é troca de insumos, nem tampouco uma agricultura orgânica simplesmente (porque isso, o capital é capaz de fazer, e faz). Ela é uma ferramenta de enfrentamento ao agronegócio em sua essência.

Portanto, os autores apresentam o conceito amplo da agroecologia, mas com bases epistemológicas fundadas na questão agrária como ferramenta de contraposição do capitalismo agrário. A Agroecologia se caracteriza como um dos princípios da Educação do Campo em que as relações entre seres humanos e natureza precisam de equilíbrio na lógica da reprodução social e não da apropriação e das relações de subordinação frente ao capital.

No que concerne às relações de gênero, a Agroecologia atua como promotora de equidade. As mulheres rurais têm um vínculo mais intenso com a mesma, por reconhecer os saberes e as relações dos sujeitos do campo, bem como suas práticas ancestrais do modo de vida não capitalista. É o que Hadich (2016, p. 7) afirma, a cooperação é uma necessidade para a agroecologia e para a emancipação das mulheres e dos povos do campo, porque historicamente o cultivo das sementes e plantações, bem como do conhecimento tradicional tem a referência da atribuição feminina enquanto “guardiãs da vida” e da biodiversidade.

Desta forma, cabe discorrer de forma mais aprofundada sobre quem são as “Mulheres de Fibra” da AACS, e para isso foi realizada a caracterização das mulheres do Grupo. A caracterização permitiu conhecer as vivências, as dificuldades enfrentadas, principalmente em tempos pandêmicos, a importância do Grupo sob a ótica das mesmas, o conhecimento sobre as Boas Práticas de Fabricação (BPF), os temas que interessam as mulheres.

O uso do questionário como ferramenta de coleta de dados foi essencial, uma vez que foi possível ter acesso a informações que nos encontros presenciais ou remotos não seria possível devido ao tempo e também à timidez que fazia com que as mulheres fizessem falas mais curtas. Além disso, a escolha da bolsista do Projeto que faz parte da comunidade para aplicar o instrumento foi acertada, pois facilitou a coleta de informações com veracidade devido ao vínculo que já existe entre elas.

Sete mulheres do Grupo “Mulheres de Fibra” da AACCS foram entrevistadas, sendo que até o momento da escrita deste relatório apenas estas estavam ativas e participantes nas atividades do grupo. A idade média das mulheres associadas foi de 35 anos, todas se consideram pretas ou pardas, ou seja, todas são negras e possuem filhos. Com relação à escolaridade, a maioria possui o ensino médio completo e estudou em escola localizada na cidade a maior parte da vida escolar, apenas duas referiram ter estudado no campo a maior parte do tempo.

Quando se observa que a maioria das mulheres estudou na cidade, percebe-se mais uma vez a importância do trabalho que elas desenvolvem no grupo, por contribuir com o fortalecimento e a permanência delas do campo. Menezes (2015) ressalta que as mulheres quando ainda solteiras se encontram subordinadas às regras e à vigilância do pai e, posteriormente, quando casadas às regras do marido. Portanto, é comum que as jovens do campo vislumbrem na saída do campo para a cidade para estudar, uma forma de se desvencilhar de tal processo. A fim de buscar melhores condições de vida e financeiras para a família, as mulheres jovens representam uma posição de destaque nos números referentes ao êxodo rural de jovens do campo para a cidade (CASTRO *et al.*, 2009).

Com relação às características socioeconômicas, todas as associadas residem em casa própria e a maioria refere residir na comunidade desde o nascimento (n=4). O número médio de residentes por domicílio é três. No tocante à renda mensal, todas as mulheres possuem renda familiar de até 3 salários mínimos, sendo que duas referiram renda familiar de até meio salário mínimo, valor inferior ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente da Bahia (R\$ 965,00) segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (BRASIL, 2021).

Quando questionadas sobre a renda principal, apenas duas mulheres referiram que esta é proveniente do trabalho no grupo de mulheres, sendo que para uma delas é o trabalho na AACCS que garante o sustento da família. O companheiro é o principal responsável pelo sustento da casa da maioria das mulheres. As mulheres, embora trabalhem praticamente em todas as atividades na unidade familiar, muitas vezes são excluídas das decisões sobre o uso da terra e dos recursos, ficando por vezes sem a renda gerada pelo seu trabalho. Essa questão afeta a autoestima, a autonomia e a vida financeira das mulheres que lideram as estatísticas oficiais, quando se trata de “membros não remunerados” da família (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

No presente estudo foi possível observar que todas as mulheres entrevistadas, acumulavam diversas atividades, além do envolvimento com o grupo de mulheres, entre elas: trabalho informal em casa, trabalhos domésticos, atividades na agricultura (plantio, colheita). As mulheres rurais sempre foram invisíveis desde a formação na história e na política na sociedade brasileira, especialmente as negras. Além de assumir as atividades acumuladas que abrangem o espaço doméstico, elas enfrentam o não reconhecimento e a ilegitimidade do seu trabalho na agricultura. Esse contexto está sob o domínio social, centralizado nos homens, a partir do patriarcado como forma de organização social em que as mulheres são hierarquicamente subordinadas e que a diferenciação dos papéis sociais são baseadas nas questões de gênero.

Portanto, a presença das mulheres rurais na agricultura familiar é uma realidade. Elas ocupam terras, plantam, colhem, e possuem o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho, apesar da invisibilidade que muitas vezes se faz presente (SALES, 2007).

Isso também foi observado por Marion e Bona (2016) que ressaltaram que as mulheres desempenham um papel central, no contexto da produção familiar, por incorporarem diversas atividades para o auxílio da renda familiar. Outro fator citado pelos autores é a extensão da jornada de trabalho em indústrias, trabalhos doméstico e agrícola, artesanato doméstico e comércio local. Neste trabalho também foi observado que a maioria das mulheres (n=4) tem uma jornada de trabalho superior a 40 horas diárias. Além disso, todas começaram a trabalhar quando ainda eram crianças, sendo que quatro delas iniciaram antes dos 14 anos de idade.

Andrade (2019) aborda que o trabalho das mulheres rurais é notado como resistência às limitações que a sociedade patriarcal implantou historicamente como papel da mulher. Assim, a autora afirma ainda que a mulher rural busca constantemente atuar na vida comunitária, mesmo tendo que enfrentar os homens de sua família e comunidade, para que possa atuar em espaço público, e ao mesmo tempo contribuir efetivamente para o fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, o trabalho de base coletiva e participativa do grupo de “Mulheres de Fibra” para além da geração de renda na agricultura familiar, busca construir processos emancipatórios e acesso às políticas públicas que fortaleçam seu papel na agricultura familiar. Segundo Ramos (2014), a valorização das atividades produtivas como reprodutivas desempenhadas pelas mulheres rurais é intrínseca ao trabalho na agricultura familiar, mas

coletivamente as mulheres rurais lutam para garantir visibilidade e autonomia nas estruturas associativas e comunitárias.

Siqueira (2014) enfatiza que o despertar da consciência à discriminação de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres deve ser reconhecido no cotidiano das mulheres rurais para que possam buscar a transformação destas relações. A autora afirma que “o empoderamento é um processo que precisa ser desencadeado por fatores ou forças externas, podendo ser uma pessoa, um grupo, um projeto ou uma instituição, de forma que, com este apoio, as mulheres possam reconhecer as estruturas que as oprimem e desenvolver uma consciência crítica” (SIQUEIRA, 2014, p. 40).

A participação das mulheres rurais em grupos comunitários e associativos favorece a inclusão em espaços decisórios e contribui para o empoderamento, uma vez que as mesmas se apropriam e participam de tomadas de decisão (SIQUEIRA, 2014). O empoderamento é importante para as rupturas do processo de exclusão e de invisibilidade das mulheres rurais negras. A maioria das mulheres entrevistadas relatou fazer parte do grupo “Mulheres de Fibra” há 3 anos (n=6), o grupo existe há quatro anos. Com relação às contribuições que o grupo trouxe para o crescimento individual das mulheres foram citados na seguinte ordem de importância: incremento na renda familiar, acesso a novos conhecimentos, melhora da relação com a comunidade.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), pesquisas corroboram o achado deste trabalho, por apontarem que a participação das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, além de contribuir com a melhora na renda familiar, aumentam a sociabilidade, porque as mulheres passam a interagir para além do espaço doméstico; incrementam a autoestima; e oportunizam o aprendizado de novas tecnologias e a vivência de novas experiências tais como viagens e participação em feiras.

Fica claro o quanto é imprescindível discutir neste estudo as questões de raça e gênero ao se observar estudos como o realizado pelo IPEA (2013), que constatou que o Brasil tinha uma população de 59,4 milhões de mulheres negras, correspondendo a 51,8% da população feminina e 27,7% da população brasileira total, onde “as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza. Somente 26,3% das mulheres negras viviam entre os ‘não pobres’, enquanto que 52,5% das mulheres brancas e 52,8% dos homens brancos estavam na mesma condição”.

Outro estudo realizado pelo IBGE (2019) constatou que as mulheres receberam 22,3% menos que os homens pelo seu trabalho. Quando estratificado por cor/raça, constatou-se que as pessoas brancas apresentaram rendimentos 29,9% superiores à média nacional, enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 25,5% e 27,5%, respectivamente, inferiores a essa média em 2019 (BRASIL, 2020).

Com relação à posse da terra o panorama não é diferente. A maioria das mulheres deste estudo referiu possuir menos de uma tarefa na sua propriedade. Uma tarefa de terra equivale a aproximadamente 0,44 hectares, enquanto no município de Santo Antônio de Jesus o módulo fiscal tem a medida de 30 hectares (LANDAU *et al.*, 2012). Ou seja, todas as mulheres rurais vivem em minifúndios na comunidade da Sapucaia, em situação *precária* na sua estrutura fundiária, e buscam coletivamente atividades não agrícolas para sua inclusão social, produtiva e política.

É importante discutir este dado também à luz das diferenças de gênero que se fazem presentes no meio rural. Segundo Deere e León (2003), os dados sobre a disparidade entre os gêneros com relação à propriedade, principalmente com relação à terra são escassos. Eles referem que os censos agrícolas apenas pressupõem, implicitamente, que o dono de um estabelecimento agrícola deve ser o “cabeça” da família ou seu agricultor principal.

É importante ressaltar que o norte da Educação do Campo provém na/da luta pela terra, pelos direitos a uma vida com dignidade, pela igualdade entre homens e mulheres, pela distribuição igualitária da renda e dos bens produzidos pela sociedade (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014). Molina (2010, p.189) afirma ainda que “[...] Educação do Campo é indissociável da luta pela terra, da luta pela Reforma Agrária. Democratização da terra, com a democratização do acesso ao conhecimento”.

É o que Fernandes (2005a) considera na questão agrária que a superação do desenvolvimento desigual do campo deve romper com o capitalismo agrário, em que pese à construção da Educação do Campo pelos povos do campo. Essa educação segue o princípio da autonomia e da tomada de consciência de classe para transformação das condições em que foram submetidos historicamente.

Fernandes e Molina (2004, p. 4) abordam que a luta pela Educação do Campo busca rupturas do paradigma do capitalismo agrário em que se exclui

a lógica do mundo rural, saberes e práticas alternativas. Trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque o paradigma não entende o campo como território de vida. É

preciso deter-se nessa questão, porque o paradigma não existe em si; só o vemos em suas manifestações.

Portanto, na questão agrária tem-se a luta pela reforma agrária, e é importante ressaltar que no Brasil as mulheres rurais, começaram a participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nascente, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas no começo da década de 1980. Porém, é notório que a parcela de beneficiárias é relativamente baixa ao comparar-se com outros países latino-americanos (DEERE e LÉON, 1999). Em seu trabalho de revisão sobre a questão de gênero e dos direitos à terra dentro dos movimentos sociais rurais brasileiros, Deere (2004, p.194) fez uma conclusão relevante para este debate:

a conquista do direito formal à terra na Constituição de 1988 deve-se sobretudo à coalizão de mulheres dentro do Estado e dos partidos políticos, trabalhando junto com um movimento unificado de mulheres rurais e urbanas, lutando pela expansão dos direitos das mulheres na Constituição. Os direitos formais das mulheres à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões.

1.2. Impactos da Pandemia da COVID-19 no Grupo “Mulheres de Fibra”

Esse contexto das mulheres rurais tem desafios aprofundados a partir de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou situação de emergência de saúde internacional em virtude da propagação do novo coronavírus, nomeado Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus (SARS-CoV-2), com epicentro de propulsão na China e rápida expansão por mais de 20 países, com uma centena de mortos e milhares de doentes, à época. O SARS-CoV-2 chamado de modo breve como COVID-19 é transmitido de humano a humano através de gotículas ou contato direto e causa a *Coronavírus disease 2019*. Esta doença se instalou de forma pandêmica e perdura até os dias de hoje (LAI *et al.*, 2020).

Até o momento o Brasil soma aproximadamente 20.650.000 casos confirmados e 577.500 óbitos, configurando uma taxa de letalidade de 2,8% e de mortalidade de aproximadamente 275/100 mil habitantes (BRASIL, 2021). No município de Santo Antônio de Jesus os números também são alarmantes, com um número aproximado de 13.000 casos

confirmados e 158 óbitos, segundo boletim epidemiológico do dia 05 de setembro de 2021 (BAHIA, 2021).

Na comunidade de Sapucaia a pandemia também deixou marcas e dores. As mulheres associadas viveram processos sucessivos de adoecimento e perda de familiares e amigos durante o período de execução deste trabalho. Além dessas questões emocionais diante do luto e do adoecimento, as mulheres relataram dificuldade em acessar o Mercado Institucional, o que foi um dos fatores que contribuiu para a interrupção da produção, impactando diretamente na renda das mulheres e suas famílias. Ribeiro-Silva *et al.* (2020) ressaltam que durante a pandemia diversos agricultores viram os canais de comercialização serem fechados, dentre eles a paralisação das aquisições pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O acesso aos Mercados Institucionais contribui para a aproximação dos agricultores familiares dos consumidores seja na esfera municipal, estadual ou federal em todas as suas operações de compra de alimentos. A produção para atender ao PNAE e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é vista como uma possibilidade de auxílio social, nutricional e econômico no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos (PAULA; KAMIMURA e SILVA, 2014). Uma vez que estas portas são fechadas num momento crítico de uma crise sanitária, o risco de insegurança alimentar e nutricional entre as próprias associadas se torna iminente.

Ribeiro-Silva *et al.* (2020) destacam que a pandemia COVID-19 impactou diretamente os níveis de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país em duas dimensões bem definidas: a alimentar, que diz respeito à produção, comercialização e acesso ao alimento; e a nutricional, que corresponde à escolha, ao preparo e ao consumo alimentar e sua relação com a saúde e com a utilização biológica do alimento. Por outro lado, inovações referentes à SAN nas últimas décadas no Brasil, trouxeram reflexões quanto à importância social da produção de alimentos pelos agricultores familiares, em destaque, a capacidade produtiva; a contribuição majoritária para o mercado consumidor interno (mesmo com menor acesso à terra, em comparação ao agronegócio, e com dificuldade em obter crédito); a preservação dos saberes tradicionais e da cultura local; e o potencial para o desenvolvimento sustentável e equitativo (MALUF, 2000; BURLANDY e CARVALHOSA, 2017).

Além disso, observa-se também nesse período a crescente organização e formalização do processamento de alimentos por famílias rurais, com um importante deslocamento das

atividades de processamento das cozinhas domésticas, para uma agroindústria (GAZOLLA, 2013; CRUZ, 2020).

Este movimento acontece também na AACCS, porém, as mulheres associadas relataram que o outro motivo que culminou na paralisação da produção, foi a interrupção da obra da unidade de produção cujo edital foi contemplado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Logo, a paralisação da construção foi outro fator que contribuiu na redução da renda das mulheres e de suas famílias conforme relato das associadas durante as visitas presenciais realizadas na comunidade de Sapucaia, agravado pelo contexto de pandemia, em que famílias apresentam maior vulnerabilidade à COVID-19.

Sobre estes relatos algumas falas chamaram a atenção. Uma das mulheres associadas, a quem foi dado o codinome “Esperança” relatou durante a primeira oficina realizada na comunidade o seguinte: “além das dificuldades financeiras que estamos enfrentando, não sabemos ao certo o que fazer diante da doença [COVID-19]. Não temos orientação por parte de ninguém quando adoecemos, não sabemos se é gripe, não sabemos se devemos procurar atendimento ou ficar em casa. Temos receio de não procurar atendimento e o quadro se agravar”. Outra pessoa que compõem a diretoria, cujo codinome foi definido como “Fê” relatou que: “eu preciso ‘pegar’ a pessoa doente, colocar no meu carro e levar para o atendimento na cidade. Como eu já tive COVID-19 acredito que o risco é menor. Não posso deixar as pessoas da comunidade sem atendimento, e como ficaria minha consciência? Não tem como respeitar o isolamento social nessas horas. Aqui nem agente de saúde estamos tendo, temos que ir para a cidade”.

A angústia dos associados quanto ao impacto da COVID-19 na comunidade, bem como todas as dúvidas que começaram a surgir durante o encontro, fizeram com que a pesquisadora percebesse a necessidade de continuar a oficina com foco em orientar os presentes quanto às medidas necessárias ao controle da disseminação da COVID-19, bem como quanto aos sintomas que indicassem a necessidade de pronto atendimento, e o que fazer para minimizar o risco de transmissão no momento de prestar socorro. Esta ação foi subsidiada pela perspectiva *freiriana* que discursa sobre saber escutar sem prescrição. Segundo Paulo Freire “ensinar exige saber escutar” e nesse processo:

não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. (FREIRE, 2019, p.111).

CAPÍTULO II- CONSTRUÇÃO DIALÓGICA NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN): OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÕES (POPs) E AS OFICINAS EM BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF).

Dentre as demandas levantadas pelas mulheres associadas do Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACCS), na primeira visita à comunidade de Sapucaia, foram ressaltadas a necessidade de elaboração do Manual de Boas Práticas (MBP) e dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) da unidade de produção que está em construção. Logo, foi verificado que as demandas da Associação convergiam com as descritas no Diagnóstico Operacional Participativo (DOP), no Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) e no diagnóstico higiênico-sanitário da produção.

A garantia da qualidade sanitária dos alimentos é facilitada por meio das Boas Práticas de Fabricação (BPF), que são uma das mais importantes ferramentas para o alcance de níveis adequados de segurança alimentar (NASCIMENTO NETO, 2006). Porém, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito mais abrangente que não versa apenas sobre a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, mas dialoga dentre outros aspectos, sobre a necessidade de acesso regular e permanente aos alimentos, sobre a qualidade e suficiência dos mesmos, bem como sobre a manutenção das demais necessidades essenciais sem comprometimento (BRASIL, 2006).

Este conceito integrado se trata de uma inovação brasileira que envolve as diferentes dimensões de organização de um sistema agroalimentar social e ambientalmente justo, que dialoga com o sistema de produção, abastecimento, comercialização de alimentos e com o consumo alimentar. Diferentes temas são abordados neste conceito de forma articulada, dentre eles: a soberania alimentar, a reforma agrária, agroecologia, biodiversidade, educação, saúde, nutrição, as questões de gênero e étnicas (CONSEA, 2015; FAO, 2014).

Até 2013, pesquisas mostravam regressão da fome no Brasil. Porém segundo dados da pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil”, elaborada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), o Brasil voltou a ter a fome como problema estrutural. Ou seja, a insegurança alimentar no país se agravou enquanto a sociedade

enfrentava as adversidades impostas pela disseminação da COVID-19, que são ainda mais cruéis no meio rural.

Segundo este inquérito, nos três meses anteriores à coleta de dados, mais da metade dos domicílios brasileiros (55,2%) tinha seus moradores em Insegurança Alimentar; 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de Insegurança Alimentar grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%).

Foi constatado também que do total de 211,7 milhões brasileiros, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam a fome. Observou-se que a Insegurança Alimentar grave nos domicílios duplica na zona rural do país, principalmente quando não há disponibilidade adequada de água para produção de alimentos e para o manejo dos animais.

Porém é importante ressaltar que a insegurança alimentar identificada pelo inquérito realizado pela Rede PENSSAN em 2021, não se deve apenas à pandemia da COVID-19, mas também à precarização de mecanismos de proteção social por decisões políticas, bem como de privatizações de empresas e instituições públicas, e de um controle fiscal que tem limitado recursos de programas sociais, dentre eles o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PAULA e ZIMMERMANN, 2021).

Essa crise política e social, em que o consumismo desenfreado é estimulado nas relações sociais, é também apontada como um dos pilares que sustentam o estado de Sindemia Global, que é uma sinergia de pandemias que coexistem no tempo e no espaço e interagem entre si. Segundo documento lançado em 2019 pela *The Lancet*, três pandemias coexistem atualmente: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. A Sindemia Global afeta, portanto, a maioria das pessoas em todos os países e regiões do mundo. Os sistemas alimentares, por sua vez, além de impulsionarem as pandemias de obesidade e desnutrição, contribuem para 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (a produção de gado é responsável por mais da metade dessas emissões). Além disso, a população, com o uso prioritário de carros como meios de transporte, mantém o estilo de vida sedentário e contribui para o efeito estufa (IDEC, 2019).

Este panorama revela um cenário globalizado de insalubridade alimentar e nutricional e a precariedade das sociedades, que afeta com mais severidade os segmentos em condição de extrema pobreza. Por outro lado, uma das dimensões da SAN é a segurança dos produtos, neste ponto vale ressaltar que o processamento tradicional dos alimentos não apresenta

padrões consensuais de qualidade e segurança dos mesmos, como é possível observar no caso das agroindústrias familiares (CRUZ, 2020). Importante destacar que as agroindústrias da agricultura familiar foram impulsionadas a partir de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947 que determina a utilização mínima de 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE para a compra de produtos da agricultura familiar.

O PNAE que é um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo que versa sobre o atendimento universal aos escolares e a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, além de ser o mais antigo programa do Brasil na área de alimentação escolar e de SAN, recomenda a adoção das boas práticas sanitárias e de higiene, bem como sinaliza que a tarefa de garantir a qualidade da alimentação deve ser coletiva, envolvendo todos os integrantes da comunidade escolar (AMARAL *et al.*, 2020; BRASIL, 2009).

Os agricultores familiares fazem parte da comunidade escolar na medida em que uma parte considerável de sua produção é destinada ao Mercado Institucional. Porém, na realidade o que se observa é que os povos do campo, negros, quilombolas, indígenas, trabalhadores vivem uma segregação histórica radical na medida em que são declarados incapazes de produzir conhecimento reconhecível, sendo este reduzido ao misticismo (ARROYO, 2012a).

2.1. Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) do Grupo “Mulheres de Fibras” como instrumentos das Boas Práticas de Fabricação para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação e Escolar (PNAE).

Percebe-se a importância da qualidade nutricional e higiênico sanitária como base de conhecimento que deve ser integrada aos saberes da agricultura familiar, a fim de garantir alimentos saudáveis para o abastecimento interno do país, e especificamente para a alimentação escolar (BRASIL, 2006). A partir da adoção das BPF este processo é facilitado, uma vez que estas representam uma importante ferramenta para atingir níveis adequados de segurança dos alimentos, cuja eficácia e efetividade devem ser medidas por meio de inspeção e/ou investigação (BRASIL, 2004).

Segundo a Resolução nº 216, de 15 de Setembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) o Manual de Boas Práticas (MBP) é o documento que descreve as operações realizadas pelo estabelecimento, incluindo, no mínimo, os requisitos higiênico-sanitários dos edifícios, a manutenção e higienização das instalações, dos

equipamentos e dos utensílios, o controle da água de abastecimento, o controle integrado de vetores e pragas urbanas, a capacitação profissional, o controle da higiene e saúde dos manipuladores, o manejo de resíduos e o controle e garantia de qualidade do alimento preparado. Já os Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) são documentos estabelecidos pela Resolução 275/2002 da ANVISA, que devem conter as instruções sequenciais das operações e a frequência de execução, especificando o nome, o cargo e/ou a função dos responsáveis pelas atividades. Estes documentos devem ser aprovados, datados e assinados pelo responsável da associação (BRASIL, 2004).

Frequentemente se torna desafiador para os agricultores familiares e as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), implantar as orientações das legislações sanitárias vigentes, sem onerar os custos. Porém, com trabalho de formação através do envolvimento de organizações coletivas e compromissos tanto dos agricultores familiares quanto das organizações de ATER e das políticas públicas, é possível o alcance de níveis elevados de qualidade e segurança para os produtos da agricultura familiar (NASCIMENTO NETO, 2006).

Assim, objetivando a melhoria do processo produtivo para garantir a qualidade e a segurança higiênico-sanitária dos produtos da agricultura familiar do Grupo “Mulheres de Fibra”, foram construídos nove POPs. Ressalta-se que estes documentos são passíveis de ajustes conforme sua implementação na unidade produtiva.

A fim de atender aos requisitos do controle de potabilidade da água, foram elaborados três POPs: POP 1- Suprimento e estocagem da água (Apêndice C); POP 2- Higienização das caixas d’água (Apêndice D); e POP 3- Coleta de amostra da água (Apêndice E).

É imprescindível o uso de água potável para a manipulação de alimentos. Esta deve apresentar os parâmetros de qualidade em conformidade com o anexo XX da Portaria de Consolidação (PRC) n.º 05/2017 do Ministério da Saúde (MS), onde estão relacionados os aspectos físicos (cor, turbidez, odor e sabor); químicos (dureza, acidez, alcalinidade e outros) e microbiológicos (bactérias heterotróficas, coliformes totais, coliformes fecais). A potabilidade da água deve ser controlada, sendo necessária a coleta de amostras de forma frequente em pontos selecionados para realização das análises, de acordo com os padrões estabelecidos por lei.

No que concerne às dificuldades para a execução dos procedimentos higiênico-sanitários adequados na manipulação de alimentos pelo grupo “Mulheres de Fibra”, o

primeiro fator limitante encontrado foi a ausência de controles de qualidade da água utilizada para a produção. Este achado foi identificado por meio de diagnóstico de potabilidade da água realizado em etapas anteriores ao início deste trabalho pela equipe que compõe o Projeto: “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar”.

Em estudo realizado por Porto; Sales e Rezende (2019) com o objetivo de interpretar as condições de saneamento básico, no contexto de domicílios onde residem famílias ligadas à agricultura familiar, foi observada elevada resistência à cloração da água por diversos motivos: as pessoas consideram que a água fica com gosto ruim; crença de que não é necessária a cloração (“a água é purinha”); e onde a água é corrente, e não há armazenamento, há alegação de que “não dá pra colocar o cloro”. As associadas estavam de acordo quanto à necessidade de adequar a água que deveria ser própria para consumo conforme recomendação do Ministério da Saúde (MS).

A higienização e inspeção dos reservatórios são outras formas importantes de controle e prevenção da potabilidade da água, que devem ser registradas assim como as ações corretivas que porventura vierem a ser feitas. Todas essas informações foram descritas nos POPs supracitados e discutidas com as mulheres associadas.

Além destes POPs foram elaborados um Podcast (programa de áudio sob demanda, que o ouvinte pode escutar quando quiser) sobre a importância da qualidade da água no preparo dos produtos alimentícios da ACCS e um folder sobre a “Higienização da caixa d’água” (Apêndice B) no qual foram inseridos os procedimentos necessários para higienização adequada do reservatório de água, de forma lúdica, com figuras e linguagem adequada. A divulgação foi realizada no grupo do aplicativo de mensagens “Whatsapp”, a fim de que pudesse ser ouvido por todas as mulheres. Essa estratégia foi importante uma vez que o material ficou permanente para consulta das associadas.

Essas ações têm fundamento na Educação do Campo, no processo de apropriação dos conhecimentos, em que Fernandes (2005a) problematiza que é uma Educação que tem vinculação direta com o seu desenvolvimento, com o entendimento como um território. Assim, as ações realizadas trazem a concepção do território da agricultura familiar em disputa enquanto paradigma da Questão Agrária, vinculada à luta por transformação das relações conservadoras que foram impostas ao modo de vida familiar.

A concepção da formação foi realizada na relação entre ação e reflexão, em que Freire (1980) afirma que mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente

seres da *práxis*, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele, em que são capazes de mudar-lhe a significação por meio de ação própria.

Essas reflexões visam contribuir com o entendimento das próprias mulheres para a garantia da padronização das práticas e condutas higiênicas, de forma a evitar contaminações provenientes das manipuladoras e a atender a obrigatoriedade da RDC nº 216/2004 de implementação de POP sobre Higiene e saúde dos manipuladores, sendo por isso elaborados o POP 4 (Apêndice F) e o POP 5 (Apêndice G).

No POP 4- Controle de saúde clínico, higiênico e comportamental das associadas, estão descritos os procedimentos higiênicos e comportamentais necessários para evitar a contaminação dos alimentos tais como: manter a higiene das vestimentas, cuidar da higiene corporal, observar as condutas higiênicas adequadas para evitar a contaminação dos alimentos no momento da produção (não tocar em dinheiro, não se coçar, não fumar na área de produção).

Segundo Freitas *et al.* (2018) a preocupação com a saúde e o bem-estar das mulheres no processo produtivo, bem como a prevenção de acidentes em todo o processo são aspectos que também permeiam a percepção da qualidade do produto. A importância do bem-estar dos povos pode ser observada no Estatuto da Terra, uma vez que o mesmo ressalta a função social da terra quando, dentre outros fatores integrados: “favorecia o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutavam, assim como de suas famílias” (MEDEIROS, 2012, p.449). A própria Constituição Federal versa sobre a essencialidade do bem-estar dos trabalhadores da terra. No artigo 186 e incisos, é visto que a função social é cumprida quando alguns requisitos são atendidos na propriedade rural de forma simultânea, como: prezar pelo “aproveitamento racional e adequado”, utilizar adequadamente os recursos naturais disponíveis e preservar o meio ambiente, observar “as disposições que regulam as relações de trabalho” e explorar de forma que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Na prática, é notório que o bem-estar dos povos do campo integra o paradigma da Educação do Campo, numa proposta contra-hegemônica, uma vez que esta não é uma prioridade para a lógica do capital, que tem como principal objetivo a produção, a despeito das relações sociais. O bem-estar dos povos do campo também não pauta a educação rural. Vale ressaltar que mesmo quando foram formuladas políticas e ações para a educação do

meio rural, estas seguiram o modelo de educação da cidade; logo, uma educação que garanta o bem-estar coletivo dos povos do campo não foi planejada (VIERO; MEDEIROS, 2018).

Portanto, discursar sobre a Educação do Campo representa um ato de afirmação identitária, quando declara sua “permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela [a educação] se enraíza” (MOLINA, 2006, p. 10); um ato de afirmação política, no momento em que dialoga sobre uma educação libertadora, voltada à totalidade do ser humano; e, um ato de afirmação de poder, na medida em que se contrapõe ao processo hegemônico do capital (CHAMON, 2016).

A Educação do Campo contesta o discurso vigente, instrumentalizado e bancário, na expressão de Paulo Freire, e propõe a construção dialógica do conhecimento entre educador e educando, partindo de um saber ingênuo que extrapola sua própria ingenuidade. Logo, rejeitando uma educação instrumental, bancária, pensada pelo capital para a exploração do homem e da natureza, a Educação do Campo se direciona para o conhecimento e a transformação da natureza para a liberdade e o bem-estar do ser humano (FREIRE, 2019).

Exatamente por pensar no bem-estar e na saúde da comunidade em tempos pandêmicos, foram incluídas também as medidas de prevenção, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), da COVID-19 no POP 4. Dentre as medidas, a etiqueta respiratória está incluída e consiste em ações que são importantes para o controle da disseminação do Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus (SARS-CoV-2) (BRASIL, 2021) e também para o controle higiênico-sanitário dos produtos. Algumas ações são as seguintes: cobrir nariz e boca com lenço de papel ou com o antebraço ao tossir ou espirrar; utilizar máscara, incluindo as de tecido e trocar a cada duas horas ou quando estiver molhada; evitar tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas; não compartilhar objetos de uso pessoal, como talheres, toalhas, pratos e copos; evitar aglomerações, principalmente em espaços fechados e manter os ambientes limpos e bem ventilados (BRASIL, 2021).

Outra medida importante é a higienização das mãos, que é a atitude isolada mais efetiva na redução da disseminação de doenças de transmissão respiratória segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021). O vírus é transmitido em maior proporção pelas gotículas respiratórias, porém a transmissão ocorre também por contato, segundo evidências atuais.

Portanto, a equipe de trabalho decidiu elaborar um POP exclusivo sobre higienização de mãos (POP 5), devido aos contaminantes que podem ser veiculados pelas mãos higienizadas

incorretamente, principalmente no contexto de pandemia vivido, a fim de reforçar a importância deste procedimento.

Essa construção partiu em decorrência da demanda das mulheres associadas, quando ainda na primeira oficina presencial manifestavam dúvidas sobre os meios de contaminação da COVID-19. Essa dimensão foi acolhida com o entendimento no que Freire (1983) afirma de que não é possível promover transformações em direção a uma vida digna para as mulheres rurais, com a realização de um trabalho puramente técnico. O entendimento é que toda técnica tem uma intencionalidade de contribuir para um projeto da sociedade, ou seja, tem uma dimensão política.

Os seres humanos são potenciais veiculadores de patógenos, como bactérias, vírus e parasitos, que podem conferir grave risco à saúde, por isso, as noções de conduta pessoal são tão importantes para os manipuladores quando se trata da segurança dos alimentos (CDC, 2019). A falta ou precariedade de conhecimento sobre essas noções de conduta pessoal muitas vezes são decorrentes da inadequação dos métodos utilizados nos processos de educação, que são muitas vezes rápidos, esporádicos e com linguagem inadequada ao público-alvo conforme relatado por Pereira e Trancoso (2011) e Miranda e Neta (2012).

Por fim, foram elaborados o POP 6- Higienização das instalações (Apêndice H), o POP 7- Higienização dos equipamentos e móveis (Apêndice I), o POP 8- Higienização dos utensílios (Apêndice J) e o POP 9- Utilização e higienização dos panos de chão (Apêndice K), que são complementares entre si. Eles tratam sobre os procedimentos higiênico-sanitários necessários para realizar a limpeza e desinfecção e assim reduzir o risco de contaminação dos alimentos.

A higiene das instalações e as condições ambientais da unidade de produção podem contribuir decisivamente para a manutenção da qualidade dos produtos, podendo atuar como fonte de contaminantes e/ou condições que facilitam o processo de contaminação e deterioração dos alimentos (MAISTRO, HIRAYAMA e MARTINELLI, 2005).

Desta forma, a realização dos procedimentos de higienização e de condutas higiênicas adequadas auxiliam na implementação das BPF e, conseqüentemente, na produção segura dos alimentos alcançando novos mercados. Uma forma de valorizar os conhecimentos e vivências dos educandos é escutá-los, por isso, a metodologia de construção dos POPs neste trabalho envolveu o diálogo constante com as associadas, seja por meio de encontros remotos, seja presencialmente.

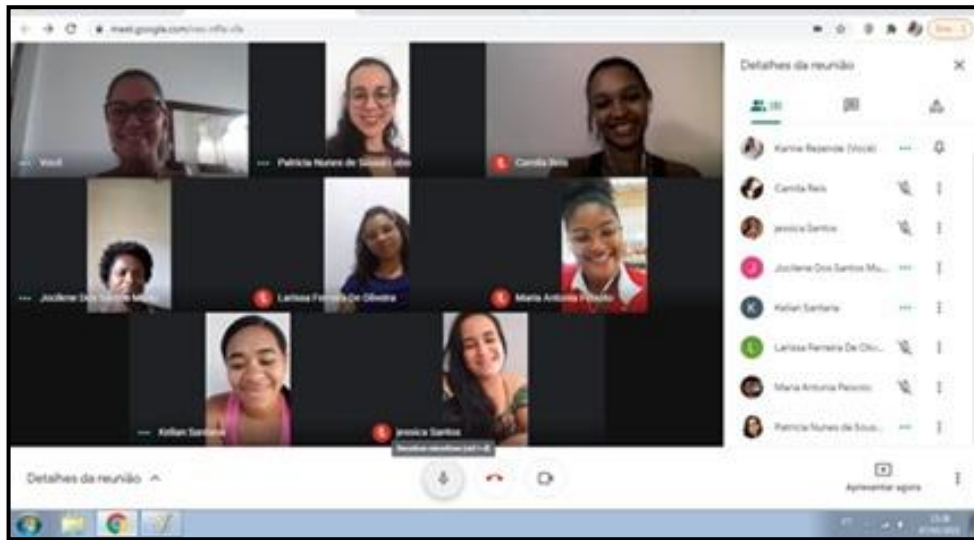
De acordo com Tozoni-Reis (2006), o dinamismo nas ações que envolvem a educação crítica e transformadora é crucial. Os conhecimentos não podem ser transmitidos de forma hierarquizada, e sim construídos coletivamente, democraticamente, cooperativamente, continuamente, e de forma interdisciplinar e participativa, a fim de contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática social emancipatória.

É importante esclarecer que o MBP não foi elaborado, pois a construção da unidade não finalizou até o momento da escrita deste relatório. As associadas também não estavam em uso de unidade provisória. O MBP deve ser elaborado de forma adaptada à estrutura física da unidade de produção e certamente será construído em etapas posteriores do Projeto macro deste trabalho.

2.2. Oficinas sobre Boas Práticas de Fabricação (BPF) na relação com a Educação do Campo como forma de contribuir com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): formações dialógicas com o “Grupo Mulheres de Fibra”.

A primeira oficina que introduziu o tema das Boas Práticas de Fabricação (BPF) às mulheres do Grupo “Mulheres de Fibra” teve como tema: “Perigos e Fontes de Contaminação” e foi realizada, no dia 07 de maio de 2021, de forma remota (Figura 3), a partir de metodologias que favoreceram a interação entre as participantes e a troca de saberes, numa lógica dialógica entre os saberes das mulheres rurais e da comunidade acadêmica, a partir da abordagem *freireana*. Esta formação contou com a presença de apenas duas associadas.

Figura 3. Oficina sobre “Perigos e Fontes de Contaminação” com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACCS.



Fonte: Rezende (2021)

É necessário discorrer sobre a oficina realizada presencialmente no dia 10 de agosto de 2021 na Escola Municipal Máximo Aquino Peixoto na Comunidade de Sapucaia (Figura 4), antes de adentrar na discussão sobre a baixa adesão à primeira oficina remota para fins de melhor entendimento. Nesta oficina com a temática “Manipulador de Alimentos” foram reforçados o conceito, a importância e a aplicação dos POPs, e dialogadas as práticas de manipulação adequadas com as mulheres rurais do Grupo “Mulheres de Fibra”, por meio da apresentação e discussão do POP 4- Controle de saúde clínico, higiênico e comportamental das associadas e do POP 5- Higienização das mãos.

Figura 4. Oficina presencial sobre Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACs: apresentação e discussão do POP 4 e do POP 5.



Fonte: Peixoto (2021)

Nas entrevistas estruturadas, a equipe de trabalho buscou compreender os motivos para a baixa adesão à primeira oficina remota. A maioria das mulheres, mesmo considerando importantes as oficinas em BPF, referiu não ter participado desta oficina, sendo que duas delas referiram não ter participado de nenhuma oficina com esta temática até então. Os motivos para o não comparecimento à oficina remota foram: “falta de tempo” (n=2), “dificuldades com as ferramentas digitais” (n=2) e “problemas pessoais” (n=1). É importante ressaltar que as duas associadas que participaram da oficina remota a avaliaram como: “ótima/excelente”.

A pesquisadora suspeitou que os meios remotos estivessem sendo empecilhos deste processo, mesmo que a resposta “dificuldades com as ferramentas digitais” no questionário aplicado tenha sido apontada por apenas duas mulheres. Logo, posteriormente, na oficina realizada presencialmente, confirmou a hipótese em conversa informal com as associadas. A pesquisadora, ao convocá-las para a última oficina sobre os POPs que seria realizada novamente de forma remota, a fim de reduzir as possibilidades de contágio pelo SARSCOV-2, indagou sobre a opinião das mulheres sobre os formatos de encontros. Então, uma das

mulheres que foi chamada pelo codinome “Superação” exclamou veementemente: “com certeza pessoalmente é muito melhor, outra coisa!”.

Em análise realizada por Alves (2020) em seu trabalho: “Educação Remota: entre a Ilusão e a Realidade” é possível concluir que promover o engajamento dos estudantes neste momento de confusão e incerteza em virtude da pandemia pela COVID-19, não se limita ao uso de uma plataforma como o “Google Meet”. Ele ressalta a importância de desafiar os educandos a “criar, se autorizar, participar e interagir com seus professores e pares, pensando e discutindo o momento que estão vivendo, escutando-os” (ALVES, 2020).

Aciolli (2008) ressalta também que ao realizar práticas educativas a partir dos interesses e necessidades levantados pela comunidade, qualquer proposta sugerida só será incorporada como atividade, se for priorizada pelo grupo. Segundo o autor, facilitadores e participantes são sujeitos do processo educativo, o que pressupõe um planejamento flexível, não definido apenas pela equipe do projeto. Ele ressalta ainda que o planejamento de atividades educativas com a participação dos trabalhadores do campo não é uma tarefa fácil e demanda que haja motivação do grupo para planejar coletivamente.

A equipe de trabalho se reuniu diversas vezes a fim de discutir metodologias de trabalho e meios de contribuir com a motivação das mulheres sem desprezar os momentos difíceis que vivenciaram e ainda vivenciam. Pausas na comunicação foram dadas e o contato retomado quando oportuno. A presença da bolsista do Projeto que integra a comunidade foi crucial na elaboração do plano de trabalho que se manteve dinâmico durante todo o processo.

É importante reconhecer, porém, que encontros presenciais oportunizam momentos únicos como a visita informal que foi realizada à unidade de produção em construção na comunidade, ao fim da oficina presencial sobre “Manipulador de Alimentos”. Os registros da visita podem ser observados nas Figuras 5 e 6. A previsão de entrega da unidade de produção, segundo uma das integrantes da diretoria é em outubro deste ano. Ficou acordado, portanto, que os POPs serão oficialmente entregues impressos nesta oportunidade, ocasião em que também serão assinados pelo representante da diretoria, pela pesquisadora e pelas orientadoras do trabalho.

Figura 5. Visita à unidade de produção do Grupo “Mulheres de Fibra” em fase de construção.



Fonte: Peixoto (2021)

Figura 6. Unidade de produção do Grupo “Mulheres de Fibra” em fase de construção.



Fonte: Própria autora (2021)

Ainda como resposta ao questionário aplicado pela bolsista, quando perguntadas se sabiam do que se tratavam as BPF apenas uma associada referiu desconhecer. Além disso, todas as mulheres consideraram importante participar das oficinas de BPF. Achado semelhante foi encontrado por Costa *et al.* (2012) em seu estudo sobre oficinas de BPF com pescadores artesanais. Segundo os resultados obtidos neste estudo, as pescadoras percebem as BPF como sinônimo de higiene e de poder entregar um produto sem reclamações por parte dos clientes, porém, os autores atentam para uma questão importante: eles verificaram que as mesmas não têm noção dos procedimentos de BPF na sua atividade.

Neste trabalho, ao discorrer com as próprias palavras sobre o significado das BPF as mulheres trouxeram algumas falas importantes como: “prática de higiene”, “ter boa higienização no manuseio dos produtos”, “evitar contaminação”, “limpeza dos materiais e espaços”, “espaço adequado para produção”, “água de boa qualidade”, “total higiene e cuidado com os alimentos”, “fabricar os produtos com mais qualidade”. Porém quando questionadas na oficina presencial sobre o conhecimento dos POPs, bem como sua importância, nenhuma das mulheres respondeu estar ciente.

Percebe-se, portanto, que as mulheres têm noções sobre as BPF, porém há fatores que as impedem de colocá-las em prática, reforçando a necessidade das atividades formativas. Nascimento Neto (2006) dialoga que os meios de assegurar a produção com qualidade e segurança são frequentemente um mito entre os agricultores familiares.

De acordo com Bosi (1989, p.28) a utilização dos nutrientes em seu sentido biológico “constitui o objeto central, quase exclusivo, do estudo da Nutrição como discurso científico”, quando na realidade, o estado nutricional, é o resultado biológico das “relações sociais de produção num modo de produção específico” (BOSI, 1989, p. 31). Portanto, os seres humanos se relacionam com os alimentos de formas diversas, complexas e culturais, que impactam diretamente nas ações educativas relacionadas às práticas alimentares. Diante deste cenário, evidencia-se a necessidade de implementar ações de educação nutricional, em que há a “preocupação com as representações sobre o comer e a comida, com o conhecimento, as atitudes e a valoração da alimentação para a saúde, além da mudança de práticas alimentares” (BOOG, 1997, p. 16).

Vale a pena ressaltar, que a tradição no processamento de alimentos faz parte das práticas de produção e preparação de alimentos com modos de fazer rituais, conduzidos por produtores que detêm conhecimento e reputação necessários para manter a produção,

conforme observado por Giddens (1997) *apud* Cruz (2020). Silveira e Heinz (2005) acrescentam que a produção artesanal envolve a arte e não apenas a técnica, o que torna cada produto único.

Os sujeitos do campo são carregados de histórias e saberes, muitas vezes desprezados. No que concerne ao modo de produção da agricultura familiar, Finatto e Salamoni (2008) destacam que este em geral segue uma lógica sustentável em que os valores construídos na unidade produtiva são baseados numa “simbiose entre o ecossistema e o agricultor que trabalha diretamente na terra”. O meio influencia as tradições culturais que são passadas como herança às novas gerações, a exemplo das técnicas tradicionais de manejo da terra, sem uso de agrotóxicos permitindo a entrega à sociedade de um produto mais saudável e seguro.

Apesar de terem ciência da importância das tradições culturais no processo produtivo, as mulheres entendem também a essencialidade das formações, e com unanimidade responderam que pretendem participar de próximas oficinas de BPF. É importante que os manipuladores de alimentos recebam treinamentos constantemente quanto aos processos de produção, transporte, armazenamento e distribuição dos alimentos (STEFANELLO; LINN e MESQUITA, 2009).

Com relação ao tema sugerido para as próximas oficinas, a maior demanda foi por um assunto que extrapola as BPF: “Como trabalhar em grupo”. Este tema tem sido trabalhado por outros acadêmicos do Projeto que tem competência para abordá-lo com profundidade, porém na última oficina remota realizada a pesquisadora trouxe em sua fala algumas orientações gerais sobre o trabalho em equipe. Outras sugestões de temas foram: “Doenças causadas por alimentos infectados, por alimentos mal manipulados”, “Manipulação de Alimentos” e “Maneiras de Boas Práticas” que foram tratados na primeira oficina remota realizada.

Quando questionadas quanto às principais dificuldades enfrentadas para colocar em prática as condutas higiênico-sanitárias as mais citadas foram: a falta de suporte técnico (n=3) e as dificuldades financeiras (n=3). A carência de suporte técnico e a dificuldade de obtenção de conhecimentos técnico-operacionais constantes das BPF por parte dos manipuladores de alimentos, principalmente para as pequenas agroindústrias, tem facilitado as ocorrências de não-conformidades na rotina de trabalho realizada pelos organismos de vigilância sanitária, que podem proporcionar a ocorrência de perigos físicos, químicos e biológicos nos alimentos processados para os consumidores (NASCIMENTO NETO, 2006). Além disso, os processos dependem de investimento financeiro para a aquisição de produtos de higienização, compra

de utensílios adequados e em quantidade suficiente a fim de evitar a contaminação cruzada, análise de amostras de água, dentre outros.

É notório que os agricultores familiares, sobretudo, as mulheres rurais, enfrentam inúmeras dificuldades e resistem a cada dia, competindo com o agronegócio. No contexto do campo, no que tange à emancipação, as lutas pelas terras no Brasil fazem parte da história do campesinato em que ocorre o conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa (MARQUES, 2004). Segundo Fernandes (2005a) a conflitualidade é produzida e alimentada cotidianamente pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

Fernandes e Molina (2004, p. 1) analisam o território como “espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais”, como conceito fundamental para compreender os enfrentamentos entre a agricultura familiar e o agronegócio, com distintos paradigmas. Portanto, é importante compreender se a agricultura familiar é parte do agronegócio como único território ou é outro território, que seja capaz de expressar a identidade política de um contexto da questão agrária enquanto “território de vida” (FERNANDES, 2005a). Sobre essa questão Fernandes e Molina (2004, p. 8) abordam que:

ter o seu território implica em um modo de pensar a realidade. Para garantir a identidade territorial, a autonomia e organização política é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 8).

Por fim, a última oficina presencial foi realizada de forma remota no dia 25 de agosto de 2021 (Figura 7), com o objetivo de dialogar sobre os seguintes documentos: POP 6- Higienização das instalações; POP 7- Higienização dos equipamentos e móveis; POP 8- Higienização dos utensílios e POP 9- Utilização e higienização dos panos de chão.

Figura 7. Oficina remota sobre POPs com o Grupo “Mulheres de Fibra” da AACs: diálogo sobre o POP 6; POP 7; POP 8 e POP 9.



Fonte: Rezende (2021)

Nesta oficina foi observada uma maior adesão, quatro mulheres estiveram presentes e os POPs foram discutidos com exemplos práticos do cotidiano. A pesquisadora percebeu que a metodologia utilizada atingiu às expectativas de contribuir com o envolvimento das mulheres que demonstraram ainda desconhecer o termo POP e sua importância.

Segundo Freire (2019), quando aprendemos a escutar paciente e criticamente, aprendemos a falar com os educandos, uma vez que o sonho de educar é democrático e solidário. Falar impositivamente, de cima para baixo, sobretudo, no lugar de portadores da verdade nunca foi uma opção neste trabalho.

Costa *et al.* (2012) em seu estudo com pescadores artesanais concluíram que as oficinas de BPF são alternativas positivas, fáceis, criativas, de baixo custo e eficazes, que podem ser aplicadas a fim de atender às exigências da legislação sanitária e de BPF, em conformidade com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Eles ressaltam a importância do debate com os trabalhadores dos empreendimentos e conclui que o processo formativo faz parte de uma das estratégias para o fortalecimento de grupos produtivos, com enfoque na segurança alimentar.

Além disso, é importante ressaltar a relevância da educação no espaço não formal, que complementa a educação escolar, conforme enfatizado por Gohn (2010). Segundo Gohn (2006, p. 29) a educação não-formal “é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”. Educação esta que contribui de forma fundamental com a formação de sujeitos

autônomos e emancipados. No contexto da educação não formal, Gohn (2010) *apud* Zucchetti (2012, p.137) discute ainda a “tese da intencionalidade, o aprendizado espontâneo e a instrumentalidade presente na figura do educador social, além de critérios de solidariedade e identificação de interesses comuns”.

Neste sentido, Caldart (2004) acrescenta que o diálogo é necessário a fim de permitir que cada ator envolvido no processo tenha consciência dos seus saberes, possam ampliá-los e diversificá-los, sem hierarquizá-los. Esta troca de informações, que oportuniza aos educandos contarem sua história, transmitirem seus aprendizados e se desenvolverem com envolvimento, possibilita também ao educador “se educar em comunhão” (FREIRE, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 deixou marcas no Brasil e no mundo e fez com que as metodologias de pesquisa precisassem ser revistas e modificadas. Porém, ficou claro com este trabalho que as associadas têm maior adesão às atividades presenciais quando comparadas às atividades remotas. O grupo de trabalho se manteve sensível às demandas da comunidade e a todos os processos de adoecimento e luto que vivenciaram, e também seguiu os protocolos de saúde estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para preservar vidas.

A pandemia afetou negativamente também a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país, bem como as condições financeiras da população, e com as associadas do Grupo “Mulheres de Fibra” a situação não foi diferente. Por isso, trabalhos interdisciplinares e transversais como este, que visam contribuir com a SAN na comunidade de Sapucaia, através da produção de alimentos seguros e nutritivos, por mulheres que se reconhecem como construtoras de conhecimento e capazes, por meio de oficinas de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e da elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) da unidade de produção, se fazem necessários. Lembrando sempre de ressaltar a relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação com as políticas públicas da agricultura familiar que são ferramentas importantes para o fortalecimento do Grupo “Mulheres de Fibra”.

Duas dificuldades para manutenção das atividades do grupo que foram ressaltadas pelas mulheres durante a realização deste trabalho foram: a interrupção do fornecimento dos produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a inexistência de um local adequado para realizar a produção. A interrupção do fornecimento dos produtos para o Mercado Institucional impactou diretamente a renda das mulheres e suas famílias. Por esse motivo, foi importante a construção dos documentos operacionais, que quando implantados contribuirão para agregar valor ao produto das mulheres as quais foram encorajadas nas reuniões do projeto macro deste trabalho, a buscarem outros mercados para inserção.

Apesar de não ter sido possível a construção do Manual de Boas Práticas (MBP) por conta da inexistência da unidade de produção, a partir deste trabalho, foram elaborados nove Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) em conjunto com o Grupo “Mulheres de Fibra” da Associação de Agricultores da Comunidade da Sapucaia (AACS) sob a forma de oficinas presenciais e remotas; e estão prontos para serem colocados em prática quando da retomada

da produção seja na unidade provisória, ou na unidade de produção que está em processo de construção.

Vale ressaltar que o Grupo “Mulheres de Fibra” está na iminência de receber sua unidade de produção, e que os documentos produzidos por este trabalho em muito serão úteis neste momento de implantação, possibilitando um início de atividades com POPs norteadores essenciais para a produção com qualidade e rigor higiênico-sanitário. Além disso, os conceitos em BPF dialogados, e todos os demais materiais lúdicos produzidos pela equipe de trabalho contribuirão para um retorno seguro às atividades de manipulação.

As mulheres da AACS tem uma história de luta pela subsistência e de resistência, e ficou claro que o pertencimento ao Grupo “Mulheres de Fibra” contribui positivamente neste processo. Mesmo com as questões de gênero e raciais quanto ao acesso à terra e a distribuição de renda, em que apesar de trabalharem jornadas extensas, mulheres, sobretudo as pretas e pardas, tem menores proventos que os homens, as associadas têm uma contribuição importante nos seus lares, inclusive financeiramente. Elas entendem a importância das BPF; colocam em prática alguns ensinamentos sobre o assunto aprendidos em formações anteriores; consideraram positivas as oficinas realizadas pela equipe deste trabalho e demonstraram interesse em participar de oficinas futuras.

As ações realizadas por este trabalho buscando o espaço não formal da educação e seguindo os ensinamentos *freirianos*, priorizando o diálogo e a escuta sem prescrição, em muito contribuíram para o estreitamento de laços com as mulheres, mesmo que em diversos momentos estes fossem dificultados pelo distanciamento social a ser seguido em decorrência da pandemia da COVID-19.

Vale ressaltar inclusive que a discussão quanto às potencialidades na execução de procedimentos higiênico-sanitários na manipulação de alimentos visualizadas pelas associadas não pôde ser ainda mais aprofundada neste relatório, devido ao contexto pandêmico vivido que culminou em problemas urgentes de ordem emocional e financeira na AACS. Esta angústia pôde ser observada no decorrer de todo o processo de elaboração deste trabalho, mas, sobretudo, na primeira visita presencial em formato de oficina realizada com as mulheres, em que orientações sobre as medidas de enfrentamento à COVID-19, bem como tratamento possível à época foram fornecidas às mulheres, cumprindo a perspectiva *freiriana* de compreender a importância política deste trabalho e entendendo o lugar da pesquisadora também como profissional de saúde naquele momento.

É notória a importância da continuidade de ações de pesquisa de forma interdisciplinar, transversal e integrada na comunidade da Sapucaia, principalmente no Grupo “Mulheres de Fibra”, visando contribuir tanto com a comunidade quanto com a pesquisa, o ensino e a extensão, que norteiam a universidade pública de qualidade, a fim de contemplar todas as lacunas que ficaram abertas com a realização deste trabalho. Para tal, se valer do espaço não escolar da educação e da *práxis freiriana* na condução dos trabalhos, se mostraram estratégias benéficas, uma vez que estas contribuem para a aproximação do pesquisador com a comunidade, facilitando a criação do vínculo e a identificação das necessidades do grupo, que surgem a todo instante, assim como as prioridades que são passíveis de mudança.

Além disso, foi possível contribuir com o empoderamento das mulheres que se enxergaram como detentoras de saberes tradicionais, tiveram espaço para compartilhar suas experiências e em muito ensinaram a pesquisadora sobre a importância de resistir em tempos pandêmicos tão desafiadores. Resistência esta, que já faz parte da vida dessas mulheres que lutam pelo acesso a um território de vida e que tem na agroecologia o diferencial de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Serviço Público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.
- ACIOLLI, S. A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. **Rev.Bras. Enferm.**, Brasília,v.61, n.1, p.117-121, fev. 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ALVES, L. Educação Remota: entre a Ilusão e a Realidade. **Educação**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348–365, jun. 2020.
- AMARAL, D. S. do *et al.* Segurança Alimentar: Avaliação das Boas Práticas de Fabricação no Refeitório do IFPE-Barreiros. **Revista Caravana - Diálogos entre Extensão e Sociedade**. v.5 n.1, p.104-119, 2020.
- ANDRADE, A. de O. **O Semear de uma Construção Coletiva: a trajetória da formação da Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença BA**. 2019. 115f. Relatório Científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2019.
- ARROYO, M.G. Diversidade. *In*: CALDART, R.S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 231-238.
- _____. Pedagogia do Oprimido. *In*: CALDART, R.S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b, p. 555-562.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. D. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Jarinu, v. 1, n. 38, p. 1-25, set. 2013.
- BOOG, M.C.O. Educação nutricional: passado, presente e futuro. **Rev Nutr**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, jan-jun.1997.
- BOSI, M. L. M. **A face oculta da Nutrição: ciência e ideologia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil; 1989.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus; 1996.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 de novembro de 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504compilada.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de junho de 2009.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2020**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3100/rdpc_2020.pdf. fev, 2021. Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimentos de todas as fontes 2019**. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

_____. Ministério da Saúde: **Guia Alimentar para População Brasileira promovendo a alimentação saudável**. Normas e manuais técnicos: Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Serviços de Alimentação. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 de setembro de 2004.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 de outubro de 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Como se proteger?** Confira medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-protger>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Obesidade infantil afeta 3,1 milhões de crianças menores de 10 anos no Brasil**: Ministério da Saúde alerta sobre a importância de hábitos saudáveis e alimentação balanceada desde cedo para prevenir doenças. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/obesidade-infantil-afeta-3-1-milhoes-de-criancas-menores-de-10-anos-no-brasil>. Acesso em: 14 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

_____. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução**. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2016.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. 1. ed. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2006.

BURLANDY, L.; CARVAHOLSA, C. S. Conexões entre agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: reflexões sobre o artigo de Schwartzman *et al.* **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 12, p. 1-3, jul, 2017.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: _____. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 231-238.

_____. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. *In*: MOLINA, M., C.; JESUS, A. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

CAPORAL, R.; COSTABEBER, J. A.. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASAGRANDE, A. E. SOUZA, E .B. C. O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 2-27, jan.-jun. 2012.

CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Salmonella general information, technical information, prevention. **MMWR** , USA, v. 24, n. 7, 5p., dez. 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/salmonella/general/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CHAMON, E. M. Q. de O. As dimensões da Educação do Campo. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 183-196, jan.-abril. 2016.

COSTA, T. S. *et al.* Oficinas de boas práticas de fabricação: construindo estratégias para garantir a segurança alimentar. **Braz. J. Food Technol**, v.15, n. spe, Campinas, p. 64-68, maio. 2012.

CRUZ, F. T. da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 58, n. 2, Brasília, p.1-21, 2020.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175-204, jan-abril. 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. de L. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, p.100–153, jul.-dez. 2003.

_____. Towards a Gendered Analysis of the Brazilian Agrarian Reform Latin American Studies Consortium of New England. **Working Paper**, n. 16, University of Connecticut, abril, p. 46-51, 1999.

FAO. Organização das Nações Unidas Para Alimentação e a Agricultura. **O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Relatório 2014.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. Brasília – DF: MDA, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf>. Acesso em: abril 2021. (a)

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. (b)

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. Disponível em: <file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia/Downloads/Sobre%20a%20tipologia%20de%20territorios.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. **O campo da educação do campo**. Presidente Prudente - SP: UNESP, 2004. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>. Acesso em: julho 2021.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, dez. 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para à prática educativa**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, F. *et al.* Metodologia Emancipatórias para Boas Práticas de Fabricação: alternativas para transformação social de Empreendimentos Solidários. *In: BOSS, S. L. B. et al. (Org.). Extensão universitária na UFRB*. Cruz das Almas: UFRB, v.2, 2018, p. 137-149.

FREITAS, M. do C. S. de; MINAYO, M. C. de S.; FONTES, G. A. V. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 31-38, 2011.

GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas condições alargadas de reprodução social. **Revista IDEAS**, v.7, p. 62-95, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

_____. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, mar. 2006.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p.

HADICH, C. **As mulheres e a construção da agroecologia**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/45172832/as-mulheres-e-a-construcao-da-agroecologia>. Acesso em: 10 de set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Sindemia global: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas**: relatório da Comissão The Lancet. 2019. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

INCUBADORA DE EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS. UFRB. **Diagnóstico Organizacional Participativo – DOP da Associação de Pequenos Agricultores das Comunidades Sapucaia e Tabocal APACST**: Projeto “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia”. 2020. Relatório - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2020.

INSTITUTO ECONÔMICO DE PESQUISA APLICADA. **Dossiê mulheres negras: a situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil Violências e Violações**. Instituto da Mulher Negra e Criola – Organização de Mulheres Negras, sob a coordenação de Nilza Iraci e Jurema Werneck Brasília: IPEA, 2013.

- LAI, C.C. *et al.* Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2) and corona virus disease-2019 (COVID-19): the epidemic and the challenges. **International journal of antimicrobial agents**. v.55, n.3, p.1-9, março. 2020.
- LANDAU, E. C. *et al.* **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas, MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. (Documentos / Embrapa Milho e Sorgo, 146).
- LOURENZANI, W.L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras, v.8, n.3, abril. 2006.
- MAISTRO, L. C.; HIRAYAMA, K. B.; MARTINELLI, R. M. Controle de qualidade higiênico-sanitária no processo de produção de alimentos através da detecção de *Staphylococcus aureus* em mãos de manipuladores. **Rev. Nutr. Pauta**, v. 75, p. 38-42, nov.-dez. 2005.
- MALUF, R. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. *In*: BELIK, W.; MALUF, R. (Org.) **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.
- MARION, A.A.; BONA, A.N. A importância da mulher na agricultura familiar. Curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. **Publica Cresol**. Francisco Beltrão, p. 1-11, 2016.
- MARQUES, M. I. M.. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. *In*: OLIVEIRA, A.U. E; MARQUES, M. I. M. (Org.) **O Campo no século XXI**, São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 145-158.
- MEDEIROS, L. S. de. Latifúndio. *In*: CALDART, R.S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 447- 453.
- MENEZES, P. K. de. Ser do campo e estudar na cidade: o ensino de geografia e o lugar de vivência do jovem escolar. *In*: XI Encontro Nacional da ANPEGE. 2015, Goiás. **Anais eletrônicos [...]**. Goiás: UFG, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/11/364.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2021.
- MIRANDA, A.S.; NETA, N.M.L. Prática de higienização das mãos por manipuladores de alimentos, em unidades de alimentação e nutrição de instituição de ensino. **Hig Alimen**, v. 26 n. 211, p.61-66, 2012.
- MOLINA, M. C. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos Movimentos Sociais na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão II**. Brasília: MDA/MEC, 2010.
- _____. Introdução. *In*: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa**. Questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 9-14.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das Políticas de Formação de Educadores – Reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014.

MOURA, M. S. de S.; GIANNELLA, V. A arte de escutar: nuances de um campo de práticas e de conhecimento. **Revista Terceiro Incluído**, v.6, n.1, p. 9-24, maio. 2016.

NASCIMENTO NETO, F. do. **Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar**. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

OLIVEIRA, L. M. T de; CAMPOS, M. Educação Básica do Campo. *In*: CALDART, R.S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 240-246.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**. v.23, n.1, p. 33-43, jan./fev./mar. 2014.

PAULA, N. M. de; ZIMMERMANN, S. A. A Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista NECAT**, v. 10, n. 19, p. 55-66, jan-jun. 2021.

PAZ, R.; DE DIOS, R., GUTIÉRREZ, M. **La Agricultura Familiar en Santiago del Estero. Cuantificación y análisis a partir de los datos del Registro Nacional de la Agricultura Familiar**. Tucumán, Argentina: Magna, 2014.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133f. Tese (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, K.S.; TRANCOSO, S.C. Treinamento em Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) para manipuladores de alimentos de uma UAN do município de Tubarão, SC. **Hig Alimen**, v.25, n.2, p.101-104, set. 2011.

PIRES, M. L. L. S. O Cooperativismo Agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da Agricultura Familiar: em análise a Coopercaju. *In*: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Caxias do Sul: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-2786-1.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2021.

PORTO, B.B.; SALES, B. M.; REZENDE, S. Saneamento básico em contextos de agricultura familiar. **Revista DAE** . v. 67, n. 220, p. 52-68, nov. 2019.

PROJETO MAIS MERCADO. **Município de Santo Antônio de Jesus– BA: Demanda do PNAE para a agricultura familiar**. PROJETO MAIS MERCADO: Articulação entre a oferta

da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia TED 20/2016. Cruz das Almas, Ba, fev. Relatório. 2018.

RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**, Niterói, v.15, n.1. p. 29-46, 2. sem. 2014.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 28 ago. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R.C *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Cien Saude Colet**, Salvador, v. 25, n.9, p. 3421 a 3430, set. 2020.

SALES, C. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443, ago. 2007.

SAMPAIO, A. B. de M. Seletividade alimentar: uma abordagem nutricional. Relatos de Caso. **J. bras. psiquiatr.**, São Paulo, v. 62, n.2, p. 164-170, jun. 2013.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n.2, p.12-32, 2011.

SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. *In*: 1º Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar. 2005, São Luiz Gonzaga. **Anais eletrônicos [...]**. São Luis Gonzaga: UERGS, 2005. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigosauluis.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

SIQUEIRA, A. E. S. S. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. 2014. 250f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

STÉDILE, J. P. Questão Agrária. *In*: CALDART, R.S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 641-646.

STEFANELLO, C. L.; LINN, D. S.; MESQUITA, M. O. Percepção sobre Boas Práticas por cozinheiras e auxiliares de cozinha de uma UAN do noroeste do Rio Grande do Sul. **Vivências**, v. 5, n. 8, p. 93-98, out. 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez. 2011.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 27, p. 93-110, jun. 2006.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 19, n.4, out/dez. 2010.

TRINDADE, G. C. O popular e a educação na teoria social. *In*: FIOREZE, C.; MARCON, T. (Org.). **O popular e a educação: movimentos sociais, políticas e desenvolvimento**. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 13-37.

VELLOSO, T. R. A trajetória do movimento cooperativista: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento territorial. *In*: CRUZ, D. U. da. (org.). **O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades**. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016. 400p.

VIERO, J.; MEDEIROS, L.M. **Princípios e Concepções da Educação do Campo**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, M. A.; LIMA, G. C. de; ARAUJO, P. B. G. Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo. **Revista Da Associação Brasileira de Nutrição - RASBRAN**, v.12, n.2, p. 167–183, 2021.

ZITKOSKI, J. J. **Paulo Freire e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ZUCCHETTI, D. T. Resenha de "Educação não formal e o educador social" de GOHN, M. da G. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 137-138, jan./abr. 2012.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM A AACCS E O GRUPO
PRODUTIVO “MULHERES DE FIBRA”

Questionário de Pesquisa com a AACCS e o grupo produtivo “Mulheres de Fibra”

1. Qual o seu nome completo? _____
2. Sexo: Masculino () Feminino()
3. Quantos anos você tem? _____
4. Você se considera:
(A) Branco
(B) Preto
(C) Pardo
(D) Amarelo ou indígena
(E) Prefiro não definir
5. Possui filhos?
(A) Sim
(B) Não Quantos? _____
6. Quantas pessoas no total moram em sua casa (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)? _____
7. A casa onde você mora é:
(A) Própria
(B) Alugada
(C) Cedida
8. Reside há quanto tempo na comunidade da Sapucaia? _____
9. Qual o tamanho da sua propriedade?

_____ tarefas OU _____ hectares
10. Qual o seu grau de escolaridade? (No caso de não saber ou não ter frequentado a escola, pule para pergunta 12)

- (A) 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental (antigo primário)
- (B) 5ª à 8ª Série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
- (C) Ensino médio (antigo 2º grau)
- (D) Ensino superior
- (E) Nunca frequentou a escola
- (F) Não sei

11. Onde você estudou?

- (A) Sempre em escola localizada no campo
- (B) Maior parte do tempo em escola localizada no campo
- (C) Sempre em escola localizada na cidade
- (D) Maior parte do tempo em escola localizada na cidade
- (E) Não se aplica

12. Você trabalha ou já trabalhou?

- (A) Sim
- (B) Não

13. Em que você trabalha atualmente?

- (A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
- (B) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
- (C) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
- (D) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
- (E) Trabalha fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo).
- (F) Trabalha em sua casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.).
- (G) Faz trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.).
- (H) No lar (sem remuneração).
- (I) Outro. Especifique: _____
- (J) Não trabalha

14. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

- (A) Nenhuma renda.
- (B) Até 0,5 salário mínimo (até R\$ 550,00)
- (C) De 0,5 a 1 salário mínimo (até R\$ 1.100,00).
- (D) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.101,00 até R\$ 3.300,00).
- (E) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.301,00 até R\$ 6.600,00).
- (F) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 6.601,00 até R\$ 9.900,00).

(G) Acima de 9 salários mínimos (acima de R\$ 9.001,00)

15. Sua renda principal é proveniente da atividade na associação?

Sim

Não. Se não, é proveniente de que atividade? _____

16. Quem é o principal responsável pelo sustento da sua casa? _____

17. Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)

(A) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.

(B) De 11 a 20 horas semanais.

(C) De 21 a 30 horas semanais.

(D) De 31 a 40 horas semanais.

(E) Mais de 40 horas semanais

18. Com que idade você começou a trabalhar?

(A) Antes dos 14 anos.

(B) Entre 14 e 16 anos.

(C) Entre 17 e 18 anos.

(D) Após 18 anos.

19. Recebe algum auxílio na renda através de algum programa ou política pública proporcionada pela associação? **(Pode marcar mais de um se for o caso)**

(A) Bolsa Família

(B) PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)

(C) PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)

(D) PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

(E) PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

(F) Outros: _____

20. Quanto tempo tem, a sua participação no Grupo Mulheres de Fibrá? _____ E na Associação? _____

21. Você já sofreu algum preconceito dentro da Associação por ser mulher?

(A) Sim

(B) Não

22. Quais contribuições você pode citar que a participação no grupo e na associação trouxeram para o seu crescimento pessoal?

23. Você acha que o trabalho no grupo é capaz de proporcionar a renda necessária para o sustento de sua família?

Sim
 Não

24. Você sabe o que são Boas Práticas na fabricação dos produtos?

Sim
 Não

25. Se, SIM, discorra com suas palavras o que são as Boas Práticas na fabricação de produtos:

26. Você considera importante participar de Oficinas em Boas Práticas?

Sim
 Não

27. Numa escala de zero a dez o quanto você considera importante participar das Oficinas em Boas Práticas? _____

28. Você participou da primeira oficina em Boas Práticas realizada por este Projeto que no início de maio em plataforma digital?

Sim
 Não

25. Se SIM, O que você achou da primeira oficina em Boas Práticas?

(A) Péssima
(B) Ruim
(C) Boa
(D) Ótima
(E) Excelente

26. Se NÃO, por quê não participou? (pode marcar mais de um se for o caso)

- (A) Não soube
- (B) Falta de tempo
- (C) Não tive vontade
- (D) Não considero importante
- (E) Dificuldades com as ferramentas digitais
- (F) Problemas pessoais
- (G) Outros _____

27. Você já participou de oficinas em Boas Práticas em outros momentos?

- Sim
- Não

28. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para colocar as condutas de higiene em prática ao fazer os produtos?

- (A) Falta de conhecimento
- (B) Falta de suporte técnico
- (C) Dificuldade financeira
- (D) Não considero importantes esses cuidados
- (E) Outras: _____

29. Você pretende participar de oficina em Boas Práticas em outra oportunidade?

- Sim
- Não
- Talvez

30. Qual tema você gostaria que fosse abordado em uma próxima oficina em Boas Práticas?


APÊNDICE B- FOLDER HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA



HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA





VOCÊ SABIA QUE É IMPORTANTE HIGIENIZAR A CAIXA D'ÁGUA?

Nas próximas páginas veremos os benefícios de realizar a higienização periodicamente e o passo-a-passo desta tarefa.

2

BENEFÍCIOS DA HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA

- Assegura uma água de qualidade para consumo
- Evita entupimentos causados por acúmulo de sujeira no fundo da caixa
- Garante um ambiente livre de micróbios que provocam doenças
- Evita que a água seja uma fonte de contaminação dos alimentos

3

Passo a passo

- Usar bota e luvas. Feche o registro de entrada de água.
- Esvazie a caixa d'água, armazenando a água em recipientes para uso posterior, ou ao usar o banheiro através de descargas.
- Quando a caixa estiver quase vazia, feche a saída e utilize a água que restou para a limpeza da caixa. Esfregue as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja. Nunca use sabão, detergente ou outros produtos.

4

- Retire a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos, deixando a caixa totalmente limpa.
- Deixe entrar água na caixa até encher e acrescente 1 litro de água sanitária (2,5%) para cada 1000 litros de água. Aguarde por duas horas (2 horas) para desinfecção do reservatório.
- Esvazie a caixa. Esta água servirá para limpeza e desinfecção das canalizações e do domicílio.

5

- Tampe bem a caixa d'água para que não entrem sujidades, pequenos animais ou insetos.
- Anote a data da higienização do lado de fora da caixa e abra a entrada de água.

Se liga!

A higienização da caixa da água deve ser repetida a cada 6 meses

6

Diluição do hipoclorito de sódio de forma correta

Água	Hipoclorito de sódio 2,5 %
1 litro	2 gotas
20 litros	1 colher de chá
200 litros	1 colher de sopa
1000 litros	2 copinhos de café (descartável)

Modo de higienização: Para cada litro de água, adicionar 2 gotas de Hipoclorito de sódio 2,5 %; Deixar repousar por 30 minutos.

A diluição feita de forma correta é importante para evitar que se utilize quantidades maiores do que recomendado, pois, caso isso aconteça pode causar problemas de saúde.

7

"Cuidar da água é essencial para preservar a vida"


Equipe: Camilla Reis, Emily Porto, Isabella Matos, Jessica Silva, Karine Rezende, Larissa Oliveira, Fernando Freitas, Mario Antônio, Patricia Lobo, Tatiana Velloso, Valéria Camilo.

Projeto Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do Estado da Bahia






APÊNDICE C- POP 1- SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA.

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADAPTADORES DA COMUNIDADE DA SAÚDE</small> <small>CNPJ: 13.482.24/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 01 SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 01
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 1/4

1- OBJETIVO

Estabelecer o procedimento padrão a ser adotado a fim de garantir a boa integridade das caixas d'água destinadas ao armazenamento da água que será utilizada em toda produção, seja para lavar, higienizar ou usar como ingrediente, e também para consumo dos manipuladores.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO

Este documento aplica-se às caixas d'água destinadas ao armazenamento de água fornecida aos setores de manipulação de alimentos da Unidade.

3- DEFINIÇÕES

Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:

Suprimento de água: ato de canalizar a água desde sua fonte de captação até o local onde ela é consumida.

Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.

Contaminantes: agentes biológicos, físicos ou químicos que podem trazer danos à saúde da população.

Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.

Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.

Sanitização: é a redução do número de micro-organismos em uma superfície a um nível seguro, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados.

Aprovado por:	Elaborado por: Núcleo Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>Associação de Apoio Técnico e Científico ao Cooperativismo de Agricultura Familiar do Brasil</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 01 SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 01
	<small>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</small>
	<small>PÁGINA 24</small>

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade das associadas realizarem o monitoramento das condições da caixa d'água, realizando manutenção e higienização.

5- PROCEDIMENTO

Para melhorar a qualidade da água, é necessário praticar algumas ações que possam ajudar a diminuir o risco de contaminações, como:

- Armazene a água em uma caixa d'água, dando preferência às que são feitas de polietileno e de poliéster com fibra de vidro.
- Localize a caixa d'água em um local de fácil acesso para facilitar a higienização e manutenção.
- Certifique-se de que as caixas d'água estejam livres de rachaduras, infiltrações e vazamentos e que possuam tampas que vedem bem, na tentativa de evitar a entrada de insetos, impurezas e proteger da água da chuva.
- Mantenha a caixa d'água limpa e livre de contaminantes, garantindo a qualidade da água armazenada.
- Realize a higienização da caixa d'água a cada 6 meses, seguindo as orientações do POP 2 (HIGIENIZAÇÃO DA CAIXA D'ÁGUA)

6- MONITORAMENTO

Registro de manutenção quinzenal:

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>Associação de Assistência Técnica e Consultoria em Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 01 SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA	CÓDIGO POP 01
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PÁGINA 3/4

- Realizar manutenção da caixa d'água, considerando as condições de rachaduras, vedação da tampa, presença de sujidades na água e ao redor da caixa d'água. - Anexo 1
- Frequência: Quinzenal

7- AÇÃO CORRETIVA

Ajuste da tampa;

Substituição da caixa d'água, em casos de rachaduras;

Limpeza da área onde a caixa d'água está localizada;

Higienização da caixa d'água.

8- REGISTROS

Identificação	Indexação	Arquivamento	Armazenamento
Registro de manutenção quinzenal	Data	Pasta nomeada	Trimestral

9- VERIFICAÇÃO

O quê?	Como?	Quando?
Verificar a existência de inconformidades (tampa, rachaduras e sujidades)	Visual	Quinzenal

ANEXOS


Anexo 1 - Registro de manutenção quinzenal da caixa d'água

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lóbo (diplomada do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Taliana Ribeiro Velloso
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA BARRAGEM C.M.P.A. 15-483-00/0001-00</small>	CÓDIGO POP 01
	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 01 SUPRIMENTO E ESTOCAGEM DA ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>
	PÁGINA 44

Data:	Responsável:	Observações:

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
----------------------	--	---




MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

APÊNDICE D- POP 2- HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA.

 <p>AACCS ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA RAPOSA CNPJ: 13.489.042/0001-00</p> <p>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 02</p> <p>HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA</p> <p>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>CÓDIGO POP 02</p>
	<p>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</p>
<p>PÁGINA 1/5</p>	

1- OBJETIVO

Garantir a qualidade da água armazenada que chega através dos sistemas de abastecimento, por meio da higienização das caixas d'água, mantendo as condições higiênicas.

Estabelecer o procedimento padrão a ser adotado para manter as condições higiênicas e garantir a qualidade da água que será utilizada no processo de fabricação dos alimentos ou para consumo dos manipuladores.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO

Este documento aplica-se às caixas d'água destinadas ao armazenamento de água fornecida aos setores de manipulação de alimentos da unidade de produção da Associação.

3- DEFINIÇÕES

Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:





Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.


Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.

Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.

Sanitização: é a redução do número de micro-organismos em uma superfície a um nível seguro, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados.

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	--	--

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA AGRICULTURA CAMPUS UFRB DE GRAJACÓPOLIS</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 02 HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 02
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 2/5

Água sanitária: soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor ativo entre 2,0% a 2,5%, com registro do Ministério da Saúde.

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade das associadas realizarem a higienização da caixa d'água seguindo os critérios descritos neste documento.

5- PROCEDIMENTO

- O responsável pela higienização deve usar botas e luvas. Fechar o registro de entrada da água;
- Esvaziar a caixa d'água, armazenando a água em recipientes para uso posterior, ou ao usar o banheiro através de descargas;
- Quando a caixa estiver quase vazia, fechar a saída de água e utilizar a água restante para a limpeza da caixa d'água.
- Esfregar as paredes e o fundo da caixa utilizando panos e escova macia ou esponja, de uso exclusivo para esta finalidade. **Nunca utilize sabão, detergente ou outros produtos químicos;**
- Retirar a água suja que restou da limpeza, usando balde e panos, deixando a caixa totalmente limpa;

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
 AGRICULTURA, PECUÁRIA
 E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>Associação de Assistência Técnica às Comunidades da Agricultura CNPq - FAPESP - FINEP - FND - FIA</small>	CODIGO POP 02
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 02 HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 3/5

- Deixar entrar água na caixa até encher e acrescentar água sanitária conforme a capacidade total da caixa d'água, conforme descrito no Anexo 1;
- Limpar a parte interna da tampa antes de fechar a caixa d'água;
- Aguardar por duas horas (2 horas) para desinfecção da caixa d'água;
- Abrir todas as torneiras, para esvaziar a caixa d'água. Esta água servirá para limpeza e desinfecção das tubulações;
- Tampar bem a caixa d'água para que não entrem sujidades, pequenos animais ou insetos;
- Abrir a entrada de água;
- Registrar a data da higienização e o responsável por realizá-la em tabela conforme descrito no Anexo 2, de modo a repetir o procedimento em intervalos semestrais.

6- MONITORAMENTO

Registro de Higienização da Caixa d' água através de ficha - Anexo 2

Frequência: Semestral.

7- AÇÃO CORRETIVA

Solicitação de manutenção da Caixa d' água (ex. tampa, válvulas, torneiras);

Reposição de produtos de higienização (ex. água sanitária);

Higienização das Caixas d' água.

Aprovado por:	Elaborado por: Msc. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Veloso
---------------	---	---



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>Associação Acadêmica de Ciências e Letras da Universidade Federal de Pernambuco</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 02 HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 02
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 45

8- REGISTROS

Identificação	Indexação	Arquivamento	Armazenamento
Registro de Higienização da caixa d'Água	Data	Pasta nomeada	Semestral

9- VERIFICAÇÃO

O quê?	Como?	Quando?
Verificar a existência de sujidades na caixa d'água	Visual	Mensal

10- ANEXOS

Anexo 01 - Diluição de água sanitária


Água	Água sanitária 2,5%
250 litros	250 ml
500 litros	½ litro
1000 litros	1 litro

Aprovado por:	Elaborado por: M ^{te} . Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFPE)	Apoio: Pro ^{fa} Dra ^a Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Pro ^{fa} Dra ^a Tatiana Ribeiro Vellozo
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA SAÚDE</small> <small>CMPEX 15.482.04/20091-90</small>	CÓDIGO POP 02
	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 02 HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>
	PÁGINA 5/5

Anexo 02 - Registro de Higienização da caixa d'água.

Data:	Responsável pela operação:


Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Veloso
----------------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



APÊNDICE E- POP 3- COLETA DE AMOSTRA DA ÁGUA.

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADULTOS DA COMUNIDADE DA SERRA DA CMLP 13.482.043/9331-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 03 COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 03
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PAGINA 1/5

1- OBJETIVO
 Estabelecer o procedimento padrão a ser adotado para o procedimento de coleta de amostras de água.





2- CAMPO DE APLICAÇÃO
 Este documento aplica-se ao procedimento de coleta de água fornecido aos setores de manipulação de alimentos da Unidade de Produção da Associação


3- DEFINIÇÕES
 Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:
Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.
Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.
Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.
Sanitização: é a redução do número de micro-organismos em uma superfície a um nível seguro, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados.
Antissepsia: é o processo que visa reduzir ou inibir o crescimento de microrganismos na pele ou nas mucosas.

4- MATERIAIS

- Sacos de amostras;
- Saco de primeiro uso;
- Caneta;

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Pro ^{fa} Dra ^a Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Pro ^{fa} Dra ^a Taliana Ribeiro Velloso
---------------	---	--

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE CNPJ 13.489.042/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 03 COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 03
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 2/5

- Algodão;
- Detergente neutro;
- Álcool a 70%.

5- PROCEDIMENTO

5.1 Coleta da amostra

5.1.1 Lavar as mãos, conforme procedimento descrito no POP 5 (HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS);

5.1.2 Realizar antissepsia (desinfecção) das mãos com álcool etílico a 70%;

5.1.3 Limpar toda a extensão da torneira, o bocal e externamente, com auxílio de um algodão umedecido em detergente neutro para retirar toda a poeira e sujidades;

5.1.4 Desinfetar a torneira com algodão embebido de álcool etílico a 70%;

5.1.5 Abrir a torneira, em jato forte, e deixar escoar por um a dois minutos para eliminar a água estagnada na tubulação;

5.1.6 Identificar o saco de coleta com nome da amostra e data. Ex: torneira produção, 13 de Julho de 2021;


Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADICULTORES DA COMUNIDADE DA SERRA CUPA 15.489-010001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 03 COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 03
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 3/5

5.1.7 Coletar, em saco exclusivo para coleta de água, a amostra para o exame bacteriológico enchendo o recipiente até a marca indicada (100mL), de acordo com o item 5.2 (Ilustração do procedimento de coleta);

5.1.8 Fechar o saco com a amostra dobrando duas vezes a borda e em seguida dobrar as alças de arame, de acordo com o item 5.2 (Ilustração do procedimento de coleta);

5.1.9 Observar se o saco de coleta está bem fechado, sem vazamento;

5.1.10 Acondicionar as amostras de água em sacos plásticos de primeiro uso (saco destinado a alimentos) para mantê-los protegidos do contato direto com o gelo reciclável, evitando inclusive que a identificação dos sacos seja comprometida pela umidade do gelo;

5.1.11 Organizar os recipientes dentro da caixa térmica, de forma a evitar tombamentos durante o transporte;

5.1.12 Fechar e lacrar a caixa térmica e enviar o material imediatamente ao laboratório;

5.1.13 Observação: O tempo entre a coleta da amostra e envio ao laboratório não deve ultrapassar 12 horas.

5.2 Ilustração do procedimento de coleta:

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--

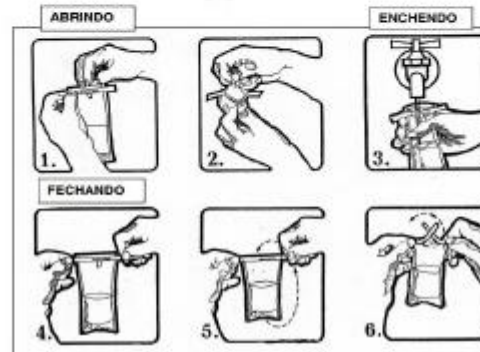


MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE APOSTÓLOS DA COMUNIDADE BRASILEIRA</small> <small>CNPJ 13.488.042/0001-00</small>	CÓDIGO POP 03
	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 03 COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>
	PÁGINA 45



6- VERIFICAÇÃO

Verificar se o saco a ser utilizado está lacrado antes de cada coleta;
 Verificar a ausência de vazamento da amostra no saco.

7- RESPONSÁVEL

Associada eleita para realizar o procedimento.

8- FREQUÊNCIA

De 6 meses em 6 meses.


Aprovado por:	Elaborado por: Nst. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
 AGRICULTURA, PECUÁRIA
 E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
 GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SANIDADE CNPJ: 15.482.04/0001-00</small>	CÓDIGO POP 03
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 03 COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PÁGINA 55

9-REFERÊNCIA

SMWW. Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater.
9060A – Collection. 2005.

Aprovado por:	Elaborado por: Nuz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--




MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

APÊNDICE F- POP 4- CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS.





 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE APOSTOLADOS DA COMUNIDADE DA BARRAGEM CUP 2 - LUBOZ 2019/2020</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PAGINA 17


1- OBJETIVO Manter os colaboradores sempre informados sobre os bons hábitos de higiene e em boas condições de saúde para que possam realizar um trabalho de qualidade e que não corram o risco de contaminar os alimentos produzidos.
 Assegurar a higiene, a saúde e o comportamento adequado das associadas para manipulação de alimentos visando à produção de alimentos seguros.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO
 Aplica-se à todas as associadas envolvidas na produção direta e indireta dos alimentos.

3- DEFINIÇÕES
 Para utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:
Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.
Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo, pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.
Limpeza das mãos: ato de lavar as mãos com água e sabonete neutro comum, sob a forma líquida.
Higiene antisséptica das mãos: ato de higienizar as mãos com água e sabonete neutro e, logo após, fazer uso de agente antisséptico.
Feridas: Toda lesão produzida no organismo por golpe, choque, instrumento perfurante e cortante.

Aprovado por:	Elaborado por: Nát. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Veloso
---------------	---	---

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE CNPJ 15.483.010/01-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 2/7

Lesões: qualquer alteração patológica ou traumática de um tecido, especialmente quando acarreta perda de função de uma parte do corpo.

Cortes: ato ou efeito de cortar por meio de objeto cortante.

Gastroenterites: é a inflamação do revestimento do estômago e dos intestinos grosso e delgado.

Sintomas gripais: Tosse, coriza, congestão nasal, dor no corpo, dor leve na garganta e indisposição.

Boas Práticas de Fabricação: é um conjunto de normas que padronizam e definem procedimentos, métodos de Controle de Qualidade, fabricação, condições de instalações, equipamentos e sua manutenção, embalagens, armazenamento e distribuição dos produtos.

Queimaduras: lesões corporais produzidas pelo contato com agente térmico, radioativo, químico, por atrito ou elétrico, podendo causar a destruição parcial ou total das camadas da pele.

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade de todas as associadas realizarem todo o procedimento.

5- PROCEDIMENTO

5.1 Controle e manutenção das vestimentas:

- As vestimentas devem ser lavadas e trocadas diariamente;
- Os sapatos devem ser fechados, trocados e lavados conforme a necessidade pelas associadas manipuladoras de alimentos;


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADIUTORES DA QUALIDADE DA SAÍDA DA CNPQ - L14.489/2007-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 3/7

- As vestimentas são lavadas com sabão neutro na máquina de lavar ou à mão, enxaguadas e colocadas para secar em ambiente livre de poeira.

5.2 Controle da higiene e comportamento:

- Tomar banho diariamente;
- Usar desodorante neutro e evitar perfumes;
- Manter as unhas curtas e limpas, sem esmalte e/ou base de unha;
- Manter os cabelos limpos e protegidos completamente (usar touca ou rede).

5.3 Conduta:

- Não tocar em objetos limpos na hora da manipulação sem antes ter lavado as mãos adequadamente;
- Não tossir, espirrar, cuspir, falar em cima dos alimentos;
- Não tocar em dinheiro;
- Não fumar na área da produção;
- Não se coçar, se pentear ou tocar nos cabelos na hora da manipulação;
- Não usar qualquer tipo de adorno (pulseira, colar, brinco, anéis, alianças, relógios);
- Não utilizar o telefone celular durante a manipulação;
- Não mascar chicletes, palitos ou balas;


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO CNPJ: 15.489.04/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 47

- Aqueles que apresentarem feridas, cortes, queimaduras e/ou sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos devem ser afastados.

5.4 Lavar as mãos sempre que:

- Chegar ao local de trabalho;
- Iniciar um novo serviço ou trocar de atividade;
- Após ir ao banheiro;
- Após uso de panos ou materiais de limpeza;
- Após manusear lixo;
- Após manusear alimentos crus;
- Sempre que tocar em sacarias, caixas, garrafas, sapatos etc;
- Sempre que tocar em qualquer parte do corpo;
- Após pegar em embalagens sujas.

5.5 Medidas de proteção contra a Covid-19

- Evitar aglomerações;
- Realizar a limpeza rigorosa e frequente das mãos, conforme consta no POP 05;
- Evitar tocar nos olhos, nariz e boca;
- Utilizar máscara. Certifique-se de que a máscara cobre o seu nariz, boca e queixo;


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADICULTORES DA COMUNIDADE DA SERRA CNPq, FAPESP, CAPES/PROSP</small>	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PÁGINA 57

- Trocar a máscara a cada 3 horas ou quando estiverem úmidas ou com sujidade;
- Cobrir seu nariz e boca com o braço dobrado ou um lenço ao tossir ou espirrar;
- Em casos de febre, tosse, dor de garganta, coriza, perda do olfato e/ou paladar, falta de ar e demais sintomas respiratórios, se afastar imediatamente das atividades e procurar atendimento médico.

6- MONITORAMENTO

Deve ser observado diariamente, pelas associadas, se todas estão seguindo as recomendações preconizadas neste POP 4, antes de suas entradas na área de produção.

7- AÇÃO CORRETIVA

São adotadas após a verificação visual de não conformidades recorrentes, podendo:

- Planejar treinamentos;
- Agendar exames médicos laboratoriais;
- Afastar as associadas das atividades quando apresentarem: enfermidades na pele (icterícia), diarreia, vômito, febre, dor de garganta com febre, lesões na pele/unha visivelmente infectadas (bolhas, cortes, etc.), secreção nas orelhas, olhos ou nariz, gastroenterites,


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADIUTORES DA COMUNIDADE DA AGRICULTURA CNPq - 13.449/01001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04 CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 67

ou qualquer outra doença que possa contaminar os produtos ou outras associadas;

- Nas lesões de pele superficiais, colocar luvas para evitar contaminar os produtos;
- Reposição dos cartazes orientativos, quando os mesmos não estiverem no local ou estiverem danificados;
- Reposição de produtos tais como: sabão neutro, álcool a 70% e papel toalha.

8- REGISTROS

Identificação	Indexação	Arquivamento
Ocorrência	Data	Pasta nomeada
Registro dos treinamentos das associadas	Data	Pasta nomeada

9- VERIFICAÇÃO

A verificação de higiene será realizada pelas associadas uma vez por semana e registrada em ocorrência (livro de ata) qualquer inconformidade encontrada; Supervisão dos registros de treinamentos das associadas.


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADICIONADOS DA COMUNIDADE DA SAUDE CNPJ: 15.483.04/0001-00</small>	CÓDIGO POP 04
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 04	
CONTROLE DE SAÚDE CLÍNICO, HIGIÊNICO E COMPORTAMENTAL DAS ASSOCIADAS	
MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PAGINA 27

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínio Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
----------------------	---	---




MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

APÊNDICE G- POP 5- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS.

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE APROFITEIROS DA AGRICULTURA DA BAHIA</small> <small>CNPJ 13.483.043/0001-00</small>	CÓDIGO POP 05
	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 05 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>
	PAGINA 14

1- OBJETIVO

Estabelecer o procedimento padrão a ser adotado a fim de garantir uma adequada higienização das mãos com o objetivo de remover sujidades, oleosidade, suor e outros resíduos e também prevenir a transmissão de micro-organismos causadores de doenças.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO

Este documento aplica-se a todas as associadas.

3- DEFINIÇÕES

Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:

Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.

Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.





Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.

Limpeza das mãos: ato de lavar as mãos com água e sabonete neutro comum, sob a forma líquida.

Higiene antisséptica das mãos: ato de higienizar as mãos com água e sabonete neutro e, logo após, fazer uso de agente antisséptico.

Agente antisséptico: produto utilizado com o objetivo de reduzir, eliminar ou inativar microrganismos presentes na pele ou superfícies.

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--

 AACS ASSOCIAÇÃO DE ADICULTORES DA COMUNIDADE DA SERRA CUPA 2, 15.489-000/2011-00 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 05 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 05
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PAGINA 24

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade de todas as associadas realizarem todo o procedimento de higienização das mãos ao chegarem na área de manipulação dos alimentos; ao terem contato com um equipamento; antes da manipulação dos alimentos; ao terem risco ou exposição a fluidos corporais ou excreções; antes e após o uso de equipamentos de proteção individual; antes e após ir ao sanitário; antes e após as refeições; após manipulação do lixo e de resíduos de alimentos.

5- PROCEDIMENTO

Para realizar a correta higienização das mãos, realize o procedimento descrito abaixo:

- Verificar a presença de sabão líquido neutro e papel toalha;
- Retirar adornos (pulseiras, relógios e anéis);
- Abrir a torneira e ajustar a água para um volume adequado;
- Manter as mãos numa altura mais baixa que os cotovelos, molhar com cuidado as mãos;
- Aplicar o sabão líquido neutro;
- Esfregar as palmas das mãos entre si;
- Esfregar a palma de uma das mãos contra o dorso da outra, entrelaçando os dedos. Repetir o movimento com a outra mão;
- Entrelaçar os dedos, palma com palma, e esfregar os espaços entre os dedos;
- Esfregar a ponta dos dedos na palma da outra mão;

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA QUALIDADE DA SAÚDE</small> <small>CNPJ: 15.489.040/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 05 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 05
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 34

- Fechar os dedos das mãos em garra, encaixando-os entre si de maneira que as palmas das mãos esfregue o dorso dos dedos em movimentos de vai e vem e vice versa;
- Esfregar o polegar de cada mão;
- Lavar os punhos de ambas as mãos;
- Enxaguar as mãos e punhos;
- Secar com papel toalha, iniciando pelas mãos e seguindo pelos punhos;
- Fechar a torneira, quando o acionamento for manual, protegendo a mão com o papel-toalha;
- Finalizar passando álcool a 70%, nas mãos e punho.

Observação: Caso os reservatórios, utilizados para o sabão líquido e papel toalha descartável, sejam reutilizáveis, devem ser limpos antes de serem recarregados. Também é importante que a água disponível seja potável.

6- MONITORAMENTO

Inspeção visual da higiene das mãos.

7- AÇÃO CORRETIVA

Refazer o procedimento da higiene das mãos;

Reposição dos cartazes orientativos quando os mesmos não estiverem no local ou danificados;

Reposição de papel toalha, sabão neutro e álcool a 70%;

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA QUALIDADE DA SANIDADE</small> <small>CNPJ: 15.489.042/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 05 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 05
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 44

Solicitação de manutenção das instalações ou dispositivos que apresentem problemas;

Reforço do treinamento da higiene das mãos.

8- REGISTROS

Identificação	Indexação	Arquivamento
Registro da participação em atividades/ treinamentos	Data	Pasta nomeada

9- VERIFICAÇÃO

O quê?	Como?	Quando?
Verificar a existência de sujidades nas mãos	Visual	Diário
Verificar a existência de inconformidades (Ausência do papel toalha, sabão líquido e álcool a 70%)	Visual	Diário
Verificar se os cartazes orientativos para o procedimento estão nos locais	Visual	Diário


Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



APÊNDICE H- POP 6- HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES.





 <p>AACCS ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SEMPODIA CNPJ: 13.482.043/0001-00</p> <p>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06</p> <p>HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES</p> <p>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>CÓDIGO POP 06</p>
	<p>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</p>
	<p>PAGINA 19</p>

1- OBJETIVO
Estabelecer os procedimentos padrões a serem adotados para realizar a higienização correta das instalações.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO
Este documento aplica-se às operações de higienização da estrutura física da unidade de produção da Associação (piso, paredes, porta, entre outros), realizadas de maneira frequente para minimizar os riscos de contaminação dos alimentos.

3- DEFINIÇÕES
Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:
Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.
Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.
Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.
Resíduos: materiais a serem descartados, oriundos da área de preparação e das demais áreas do serviço de alimentação.
Sanitização: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de micro-organismos no prédio, instalações, maquinários e utensílios, a um nível seguro.

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--

 AACCS <small>Associação de Assistência Técnica e Consultoria em Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 06
	<small>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</small>
	<small>PÁGINA 29</small>

Água sanitária: soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor ativo entre 2,0% a 2,5%, com registro do Ministério da Saúde.

Solução clorada: é a mistura da água da torneira com a água sanitária para fins de desinfecção.

Desinfecção: operação de redução, por método físico e/ou agente químico, do número de micro-organismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade das associadas realizarem a higienização das instalações seguindo os critérios descritos neste documento.

5- PROCEDIMENTO

5.1- HIGIENE DAS INSTALAÇÕES

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (docente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA BARRAGEM CUPA 13-482-04/0001-00 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 06
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 39

Higienização de Pisos e Rodapés Frequência: diária Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	 Materiais: balde, detergente líquido neutro, solução clorada, vassoura, rodo. Passo-a-passo: Jogue água no piso para remover os resíduos; com auxílio de uma pá, retire os resíduos; espalhe a solução detergente (Anexo 02) no piso; esfregue o piso e rodapés com auxílio de uma vassoura - até remover toda a sujeira; puxe a solução com o rodo; enxágue com água; puxe a água com o rodo; espalhar pelo piso solução clorada (preparada conforme Anexo 01); puxe a água com o rodo após 15 minutos de contato; deixe secar.
Limpeza do teto Frequência: Mensalmente Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca	 Materiais: rodo ou vassoura, panos para limpeza, 2 baldes, água e detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Forrar os móveis e os equipamentos; encher os baldes até a metade, um com água limpa e outro com água e detergente líquido neutro (conforme diluição do anexo 2); mergulhar um pano no balde com água limpa, retirar o excesso de água, enrolar na vassoura ou rodo; retirar o pó do teto com o pano úmido, fazendo movimentos em um único sentido; mergulhar outro pano na solução detergente, torcer e enrolar o pano em uma vassoura ou rodo; esfregar o pano no teto, sempre num mesmo sentido, iniciando de um dos

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>Associação de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso do Sul</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 06
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 49





	cantos; deve-se dividir o local para limpeza em pequenas áreas para que seja feito o enxágue antes de secar a solução detergente. Imergir o pano limpo na água limpa, torcer e enrolar na vassoura ou rodo; retirar toda solução detergente do teto; verificar se o teto está bem limpo, se necessário, repetir a operação.
Higienização das Paredes Frequência: Quinzenal Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	Materiais: escovão de fibras de plástico, caneca, balde, detergente líquido neutro, solução clorada. Passo-a-passo: Coloque em um recipiente com água o detergente líquido neutro; inicie a limpeza pelos locais mais altos; molhe o escovão na solução detergente (Anexo 02) e esfregue, retirando toda a sujeira; enxágue com água; espalhe pelas com auxílio de uma caneca, jogue a solução clorada nas paredes (preparada conforme Anexo 01); após 15 minutos de contato, enxague com água, deixe escoar e secar.
Higienização de Portas Frequência: Quinzenal Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e	Materiais: esponja, balde, detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Coloque em um balde com água o detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); coloque em outro balde água limpa; esfregue toda superfície com uma esponja umedecida com a solução detergente; inicie a limpeza pelos locais mais altos, limpe

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRR)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
----------------------	---	---



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA RANÇOLA C.M.P. 13.483.00/0100</small>		CÓDIGO POP 06
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06		REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>		PÁGINA 59
touca.	toda a superfície, inclusive as maçanetas; com um pano limpo umedecido com água, limpe os resíduos; troque a água do balde sempre que estiver suja.	
Higienização das Janelas Frequência: Quinzenal Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	Materiais: escovão, balde, detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Coloque em um balde com água o detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); esfregue toda superfície com um escovão umedecido com a solução detergente; inicie a limpeza pelos locais mais altos, limpe toda a superfície; enxágue com água; deixe secar.	
Higienização das Telas Frequência: Quinzenal Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	Materiais: escovão, esponja, balde, detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Coloque em um balde com água o detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); retire as telas das janelas e coloque no chão; esfregue com uma vassoura; enxágue com água; deixe secar.	
Higienização de Interruptores e Tomadas Frequência: Quinzenal.	Materiais: pano de limpeza descartável e detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Certifique-se que as tomadas estão com os protetores ou que a energia esteja desligada; umedeça	
Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (docente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Veloso
		
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		

 AACS ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA SAZONALIDADE CAMELÉ, 15.489-000/01-00	CÓDIGO POP 06
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PÁGINA 69

Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	o pano com água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); esfregue toda superfície com o pano umedecido.
Higienização de Luminárias e lâmpadas Frequência: Trimestral. Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e touca.	Materiais: pano de limpeza descartável, esponja e detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Após desligar a caixa de energia retire as luminárias e lâmpadas; em água corrente e com auxílio de uma esponja umedecida com água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02) lave as luminárias; deixe secar; limpe as lâmpadas com um pano umedecido em água; recoloque as lâmpadas e luminárias.
Higienização de Bancadas, Pias e Torneiras Frequência: após a utilização. Responsável: Associadas EPI's: avental, botas, luvas de borracha e	Materiais: balde, detergente líquido neutro, solução clorada, borrifador e esponja. Passo-a-passo: Com água retire os resíduos; esfregue toda a superfície com uma esponja umedecida com água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); enxágue com água; com auxílio de um borrifador espalhe a solução clorada (preparada conforme Anexo 01) em toda superfície; puxe a água com o rodo após 15 minutos de contato e deixe secar.

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SAPORÁIA C.M.P. 13-483-04/2021-00 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	CÓDIGO POP 06
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 29

touca.

6- MONITORAMENTO

Registro de Higienização das instalações da unidade de produção - Anexo 03.

7- AÇÃO CORRETIVA

Solicitação de manutenção das instalações;

Caso seja identificada alguma sujidade, deve-se solicitar a higienização do local imediatamente;

Reposição de produtos de higienização (ex.detergentes);

Oferecer reforço de treinamento para associadas responsáveis pelos procedimentos.

8- REGISTROS

Identificação	Indexação	Arquivamento	Armazenamento
Registro de Higienização das instalações	Data	Pasta nomeada	Trimestral

9- VERIFICAÇÃO

O quê?	Como?	Quando?
Higienização das instalações	Visual	Quinzenal

Aprovado por:	Elaborado por: Nát. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (docente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA AGRICULTURA</small> <small>CNPJ: 13.483.043/0001-00</small>	CÓDIGO POP 06
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 89

ANEXOS

Anexo 01 – Preparo da solução clorada

Água	Água Sanitária 2,5%
10 litros	75 ml
20 litros	150 ml

Anexo 02 - Diluição de Detergente Neutro

Água	Detergente
1 litro	10 ml (1 colher de sopa)

Ou, seguir recomendação do fabricante, presente no rótulo do produto.

Anexo 03 - Registro de Higienização das Instalações da unidade de produção

Aprovado por:	Elaborado por: NúJ. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA COMUNIDADE DA AGRICULTURA CAMPUS UFRB 47060-900</small>	CÓDIGO POP 06
	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 06 HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>
	PÁGINA 09

Data	Instalação	Responsável pela operação

Aprovado por:	Elaborado por: Nat. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Pro ^{fa} Dra ^a Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Pro ^{fa} Dra ^a Tatiana Ribeiro Velloso
----------------------	--	---




MINISTÉRIO DA
 AGRICULTURA, PECUÁRIA
 E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

APÊNDICE I- POP 7- HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS.

 <p>ACS ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA CNPJ: 12.492.043/0001-00</p> <p>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07</p> <p>Higienização de equipamentos e móveis MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>CÓDIGO POP 07</p>
	<p>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</p>
	<p>PÁGINA 17</p>

1- OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos padrões a serem adotados para realizar a higienização correta dos equipamentos e móveis.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todas as associadas envolvidas na produção direta e indireta dos alimentos.

3- DEFINIÇÕES

Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:

Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.

Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.

Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo, pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.

Resíduos: materiais a serem descartados, oriundos da área de preparação e das demais áreas do serviço de alimentação.

Sanitização: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos no prédio, instalações, maquinários e utensílios, a um nível seguro.

Água sanitária: soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor ativo entre 2,0% a 2,5%, com registro do Ministério da Saúde.

Solução clorada: é a mistura da água da torneira com a água sanitária, para fins de desinfecção.

Desinfecção: operação de redução, por método físico e ou agente químico, do número de microorganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO ADMINISTRATIVA DA QUALIDADE DAS AGRICULTURAS</small> <small>CNPJ 13.483.043/0001-00</small>	CÓDIGO POP 07
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07 Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 2/7


4- RESPONSABILIDADES


É de responsabilidade de todas as associadas realizarem todo o procedimento.

5- PROCEDIMENTO


HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MÓVEIS

Higienização do Freezer Frequência: diária (parte externa)/ semanal (interior). Responsável: Associadas EPI's: Luvas de borracha, Botas, Avental e touca.	Materiais: balde, detergente líquido neutro, solução clorada, pano de limpeza descartável, esponja. Passo a passo: Desligue o equipamento da tomada; transferir os alimentos para outro equipamento refrigerado; caso não tenha, transferir para caixas térmicas com gelo químico; deixe degelar; escorrer a água do degelo; em um balde coloque água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); esfregue com esponja toda superfície retirando toda a sujeira; enxágue com água; seque com o pano de limpeza descartável; borrife a solução clorada preparada conforme Anexo 01 em toda a superfície, após 15 minutos de contato, retire todo o produto com o pano de limpeza descartável umedecido com água e deixe secar. Após 20 minutos ligar o equipamento e reorganizar os alimentos.
Higienização da Geladeira Frequência: diária (parte externa e gavetas)	Materiais: balde, detergente líquido neutro, solução clorada, pano de limpeza descartável, esponja. Passo a passo: Desligue o equipamento da tomada; transferir os produtos para outro refrigerador ou para caixa térmica com gelo, mantendo assim a temperatura recomendada; retire as

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA SERRA CURU, LTDA. E C. S. S. S. S.</small>		CÓDIGO POP 07
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07		REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>		PAGINA 3/7
Semanal (interior). Responsáveis: associadas EPI's: luvas de borracha, botas, avental e touca.	grades e gavetas; em um balde coloque água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); molhe uma esponja na solução detergente e esfregue toda superfície; colocar água em outro balde; molhe o pano de limpeza descartável no balde com água; retire os resíduos com o auxílio do pano de limpeza descartável; seque com o pano de limpeza descartável, borrife a solução clorada preparada conforme Anexo 01 em toda a superfície, após 15 minutos de contato, retire todo o produto com o pano de limpeza descartável umedecido com água e deixe secar. Lave as gavetas e grades com detergente líquido neutro (Anexo 02); enxágue em água corrente; seque com o pano de limpeza descartável, borrife a solução clorada preparada conforme Anexo 01 em toda a superfície, após 15 minutos de contato, retire todo o produto com o pano de limpeza descartável umedecido com água e deixe secar. Ligar o refrigerador, e após estabilizar a temperatura, retomar os produtos.	
Fogão e Forno Frequência: diária Responsável: associadas EPI's: luvas de borracha, avental, máscara e touca.	Materiais: esponja fibraço, detergente líquido neutro, desincrustante. Passo a passo: Remova a sujeira com auxílio de um pano úmido; retire as grades; fazer raspagem das incrustações com uma espátula; remover a sujeira com água; com auxílio de um borrifador espalhar desincrustante conforme diluição prevista no rótulo do produto e na Ficha de Informação de	

 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMITIDOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE CNPJ: 13.483.083/0001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07 Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 07
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PÁGINA 47

	Segurança para Produtos Químicos (FISPQ) em toda superfície e deixar agir de acordo com o tempo indicado pelo fabricante; esfregue com esponja; enxague com água; esfregue toda superfície com esponja umedecida com detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); enxaguar com água; seque com pano de limpeza descartável.
Higienização de Armários Frequência: quinzenal ou quando apresentar sujidades. Responsável: Associadas EPI's: luvas de borracha, botas, avental e touca.	Materiais: balde, detergente líquido neutro, pano de limpeza descartável e esponja. Passo-a-passo: Retire os utensílios do interior; em um balde coloque água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); coloque água em outro balde; molhe a esponja na solução detergente, esfregue toda a superfície; molhe o pano de limpeza descartável no balde com água; retire os resíduos com o auxílio do pano, deixe secar naturalmente.
Higienização das Prateleiras Frequência: quinzenal ou quando apresentar sujidades. EPI's: luvas de borracha, avental e touca. Responsável:	Materiais: pano de limpeza descartável, esponja e detergente líquido neutro. Passo-a-passo: Retire os produtos alimentícios que estão sobre as prateleiras; em um balde coloque água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); coloque água em outro balde; molhe a esponja na solução detergente, esfregue toda a superfície; molhe o pano de limpeza descartável no balde com água; retire os resíduos com o auxílio do pano; deixe secar naturalmente. Proceda assim

 AACS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADULTOS DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA CAMPUS I - LAR DO IDOSO</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07 Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 07
	<small>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</small>
	<small>PÁGINA 5/7</small>

Associadas	sucessivamente até que toda superfície esteja limpa.
Higienização das Mesas Frequência: diária. Responsável: EPI's: luvas de borracha, avental e touca.	Materiais: pano de limpeza descartável, detergente líquido neutro e esponja. Passo-a-passo: Retire os objetos sobre a mesa; em um balde coloque água e detergente líquido neutro (conforme diluição do Anexo 02); em outro balde coloque água; molhe a esponja na água e passe na mesa para retirar as sujidades, em seguida molhe a esponja na solução detergente (Anexo 02) e esfregue toda a superfície; molhe o pano de limpeza descartável no balde com água; retire os resíduos com o auxílio do pano; deixe secar naturalmente; proceda assim sucessivamente até que toda superfície esteja limpa.


6- MONITORAMENTO

Registro de Higienização dos equipamentos e móveis da unidade de produção - Anexo 03.

7- AÇÃO CORRETIVA

Solicitação de manutenção dos equipamentos e móveis;
 Caso seja identificada alguma mudança no funcionamento dos equipamentos, deve-se solicitar a manutenção imediatamente;
 Reposição de produtos de higienização (ex.detergentes);
 Oferecer orientações e treinamento para associadas responsáveis por manusear e higienizar os equipamentos e utensílios.

8- REGISTROS

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE</small> <small>CNPJ: 15.489.042/0001-00</small>	CÓDIGO POP 07
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07	
Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PAGINA 67

Identificação	Indexação	Arquivamento	Armazenamento
Registro de Higienização dos Equipamentos e Móveis	Data	Pasta nomeada	Trimestral

9- VERIFICAÇÃO


O quê?	Como?	Quando?
Higienização de Equipamentos e Móveis	Visual	Quinzenal

ANEXOS

Anexo 01 – Preparo da solução clorada

Água	Água Sanitária 2,5 %
1 litro	10 ml
2 litros	20 ml

Anexo 02 - Diluição de Detergente Neutro


 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE</small> <small>CNPJ: 15.482.082/01-00</small>	CÓDIGO POP 07
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 07 Higienização de equipamentos e móveis <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 7/7

Água	Detergente
1 litro	10 ml (1 colher de sopa)
Ou, seguir recomendação do fabricante, presentes no rótulo do produto.	

Anexo 03 - Registro de Higienização dos equipamentos e móveis da unidade de produção

Data	Instalação	Responsável pela operação

APÊNDICE J- POP 8- HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS.

 <p>AACCS ASSOCIAÇÃO DE COMUNITÁRIOS DA COMUNIDADE DA RAPADURA CNPJ. 13.482.04/0001-00</p> <p>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 08</p> <p>HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS</p> <p>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>CÓDIGO POP 08</p>
	<p>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</p>
<p>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>PÁGINA 1/5</p>

1- OBJETIVO
Estabelecer os procedimentos padrões a serem adotados para realizar a higienização correta dos utensílios.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO
Aplica-se a todas as associadas envolvidas na produção direta e indireta dos alimentos.

3- DEFINIÇÕES
Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:
Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.
Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.
Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.
Resíduos: materiais a serem descartados, oriundos da área de preparação e das demais áreas do serviço de alimentação.
Sanitização: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos nos utensílios, a um nível seguro.
Água sanitária: soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor ativo entre 2,0% a 2,5%, com registro do Ministério da Saúde.
Solução clorada: é a mistura da água da torneira com a água sanitária, para fins de desinfecção.
Desinfecção: operação de redução, por método físico e ou agente químico, do número de microorganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADANIA DA SERRA C.M.P. 12.482.042/2001-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 08 HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 08
	<small>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</small>
	<small>PÁGINA 2/5</small>

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade das associadas realizarem a higienização dos utensílios seguindo os critérios descritos neste documento.

5- PROCEDIMENTO

HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS

Higienização de pratos, copos, xícaras, canecas e talheres. Responsável: Associadas EPI's: Luvas de borracha, botas, avental e touca. Frequência: após o uso	Materiais: esponja dupla face, detergente líquido neutro. Passo a passo: Lave em água corrente para remover os resíduos; adicione o detergente líquido neutro na esponja e esfregue os pratos e talheres; enxágue em água corrente e água quente no caso de gordura; deixe secar naturalmente; guarde em local apropriado.
Higienização das panelas, formas e demais utensílios em inox ou alumínio Responsáveis: associadas EPI's: luvas de borracha, botas, avental e touca.	Materiais: esponja dupla face, detergente líquido neutro, desincrustante. Passo a passo: remover os resíduos mais grosseiros; lavar em água corrente para remover os resíduos menores; no caso de haver gordura incrustada, com auxílio de um borrifador espalhar desincrustante conforme diluição prevista no rótulo do produto e na Ficha de Informação de Segurança para Produtos Químicos (FISPQ), em toda superfície

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INDÚSTRIA DA SERRA DE BAFUPEMIA</small> <small>CNPJ: 13.483.043/0001-00</small>	CÓDIGO POP 08
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 08 HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PAGINA 3/5

Frequência: Após o uso	deixar agir de acordo com o tempo indicado pelo fabricante; esfregue com esponja; enxague com água; adicionar o detergente líquido neutro na esponja e esfregar; enxaguar em água corrente; deixe secar naturalmente; guarde em local apropriado (fechado); panelas e assadeiras devem ser guardadas viradas para baixo.
-------------------------------	--

Higieneização de bacias e vasilhas plásticas Responsáveis: EPI's: luvas de borracha, botas, avental e touca. Frequência: Após o uso	 Materiais: esponja dupla face, detergente líquido neutro. Passo a passo: Lavar em água corrente para remover os resíduos; adicionar o detergente líquido neutro na esponja e esfregar; enxaguar em água corrente; deixe secar naturalmente; guarde em local apropriado (fechado).
--	---

Higieneização das tábuas de corte Responsáveis: Associadas EPI's: luvas de	 Materiais: esponja dupla face, detergente líquido neutro e solução dorada. Passo a passo: Retirar a sujeira grossa (restos de alimentos) da tábua de corte, esfregar com uma esponja com detergente líquido neutro até que toda a superfície
---	--

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAÚDE CNPJ: 15.489.082/01-00</small>	CÓDIGO POP 08
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 08 HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 45

borracha, botas, avental e touca Frequência: Após o uso	esteja limpa; enxaguar com bastante água corrente até retirar todo o resíduo de detergente; deixar de molho em solução clorada (conforme diluição do Anexo 1) por 10 minutos; enxaguar com água em abundância e deixar secar naturalmente.
--	--

6- MONITORAMENTO

Designar uma associada para observar e registrar em livro de ata quando houver ocorrências;

Registrar a data, o responsável pela identificação da ocorrência e a ocorrência encontrada no livro de ata.

7- AÇÃO CORRETIVA

Caso seja identificada alguma sujidade nos utensílios, deve-se solicitar a higienização novamente;

Reposição de produtos de higienização (ex.detergentes);

Oferecer orientações e treinamento para associadas responsáveis por manusear e higienizar os utensílios;

ANEXOS

Anexo 01 – Preparo da solução clorada

Água	Água sanitária 2,5%
10 litros	75 ml


 AACCS ASSOCIAÇÃO DE ARQUITETOS DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA CNPJ: 15.483.042/01-00	CÓDIGO POP 08
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 08 HIGIENIZAÇÃO DOS UTENSÍLIOS MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PÁGINA 5/5

20 litros	150 ml
-----------	--------

Anexo 02 - Diluição de Detergente Neutro

Água	Detergente
1 litro	10 ml (1 colher de sopa)
Ou, seguir recomendação do fabricante, presentes no rótulo do produto.	

APÊNDICE K- POP 9- UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO.





 <p>AACCS ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DA SAPUCAIA CNPJ: 13.483.042/0001-00</p> <p>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 09</p> <p>UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</p>	<p>CÓDIGO POP 09</p>
	<p>REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021</p>
	<p>PÁGINA 1/4</p>

1- OBJETIVO
Estabelecer os procedimentos padrões a serem adotados para realizar a correta utilização e higienização dos panos de chão.

2- CAMPO DE APLICAÇÃO
Aplica-se a todas as associadas envolvidas na higienização da unidade de produção.

3- DEFINIÇÕES
Para a utilização deste documento são necessárias as seguintes definições:
Contaminação: presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que se consideram nocivos ou não para a saúde humana.
Higienização: procedimentos de limpeza e sanitização.
Limpeza: remoção de sujidades (terra, folhas, insetos, limo pó ou outras matérias indesejáveis) de uma superfície.
Resíduos: materiais a serem descartados, oriundos da área de preparação e das demais áreas do serviço de alimentação.
Sanitização: é a redução, através de agentes químicos ou métodos físicos adequados, do número de microorganismos no prédio, instalações, maquinários e utensílios, a um nível seguro.
Água sanitária: soluções aquosas à base de hipoclorito de sódio ou cálcio com teor ativo entre 2,0% a 2,5%, com registro do Ministério da Saúde.

Aprovado por:	Elaborado por: Nut. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	---	--

 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADMINISTRADORES DA QUALIDADE DA SAFIDADEIA</small> <small>CMFZ 12.483.042/9381-00</small>	CÓDIGO POP 09
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 09 UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PÁGINA 2/4

Solução clorada: é a mistura da água da torneira com a água sanitária para fins de desinfecção.

Desinfecção: operação de redução, por método físico e ou agente químico, do número de microrganismos em nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento.

4- RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade das associadas realizarem a higienização dos panos de chão seguindo os critérios descritos neste documento.

5- PROCEDIMENTO

Higienização do Pano de chão	Pano de chão: utilizado para higienização de chão, teto, azulejo.
Frequência: Após o uso	Materiais: balde, detergente líquido neutro, solução clorada.
Responsável: Associadas	Passo a passo: Lavar com água e detergente líquido neutro; desinfetar por meio de imersão em solução clorada (diluição conforme Anexo 1) por 30 minutos; e enxaguar; em seguida colocar para secar; não deixar de molho.
EPI's: Luvas de borracha, botas, avental e touca.	

6- MONITORAMENTO

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lobo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Velloso
---------------	--	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ADICULTORES DA COMUNIDADE DA AGRICULTURA CAMP. I - 13.489-000/2021-00</small> PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 09 UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	CÓDIGO POP 09
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
	PAGINA 3/4

Designar uma associada para observar e registrar em livro de ata quando houver ocorrências.

Registrar a data, o responsável pela identificação da ocorrência e a ocorrência encontrada no livro de ata.

7- AÇÃO CORRETIVA

Reposição dos panos de chão quando estes estiverem impróprios para uso (ex. rasgados);

Reposição de produtos de higienização (ex. detergentes);

Oferecer orientações e treinamento para associadas responsáveis por manusear e higienizar os panos.

ANEXOS

Anexo 01 – Preparo da Solução clorada

Água	Água Sanitária 2,5%
1 litro	20 ml
2 litros	40 ml
5 litros	100 ml

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lóbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profª Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profª Draª Tatiana Ribeiro Veloso
---------------	---	---



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



 AACCS <small>ASSOCIAÇÃO DE ANIMADORAS DE ATIVIDADES DA SAÚDE CNPJ: 13.483.043/0001-00</small>	CÓDIGO POP 09
	REVISÃO: 00 APROVAÇÃO: AGO 2021
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO 09 UTILIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PANOS DE CHÃO <small>MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO</small>	PAGINA 4/4

Anexo 02 - Diluição de Detergente Neutro

Água	Detergente
1 litro	10 ml (1 colher de sopa)

Aprovado por:	Elaborado por: Niz. Patrícia Nunes de Sousa Lôbo (discente do Mestrado em Educação do Campo da UFRB)	Apoio: Profa Draª Fernanda de Freitas Virgínia Nunes Profa Draª Tatiana Ribeiro Vellozo
---------------	---	--



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

